

Chupou o laranja e jogou bagaço fora

Bolsonaro demite

ministro Bebianno

por “foro íntimo”

Reprodução - PDT



Lupi: Reforma da Previdência do governo “é nefasta para a sociedade”

O presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, condenou a proposta do governo Bolsonaro de reforma da Previdência. “Não há hipótese de nós concordarmos, participarmos ou sermos lenientes com essa proposta nefasta para a sociedade brasileira”, disse Lupi em entrevista no fim de semana. Ele destacou que não há como discutir a Previdência sem esclarecer os números que são apresentados. “Tem que ter transparência, tem que ter clareza desses números”, afirmou. **Página 3**

Indústria de SP fecha 40 mil e 500 empregos em 12 meses

Em um ano a indústria paulista fechou 40,5 mil vagas de emprego, segundo levantamento feito pela Fiesp. O número se refere a uma comparação de janeiro de 2018 com janeiro de 2019 e, em termos percentuais, equivale a uma redução de -1,88%. **Página 2**



Governo quer que pensão das viúvas se reduza a 60%

A proposta de reforma da Previdência veiculada nesta semana pelo governo prevê mais redução de direito. Atualmente, se ao morrer o segurado estava aposentado, a pensionista seguia recebendo o mesmo valor da aposentadoria. Pela proposta avaliada pelo governo Bolsonaro, a pensão cairia a 60%. **P. 2**

“Vocês acharam mais barato matar 300 pessoas”, diz André Janones ao presidente da Vale

O deputado André Janones, do Avante-MG, afirmou quinta-feira (14), durante a audiência com o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, na Comissão Externa de Brumadinho (MG) da Câmara dos Deputados, que esperava que essa fosse a última vez que ele estivesse vendo o presidente da Vale antes de sua prisão. Foi neste evento que o executivo da Vale foi o único a não se levantar durante o minuto de silêncio em homenagem às vítimas de Brumadinho. **Pág. 4**



Laranjal abençoado só o de Flávio Bolsonaro e do ministro do Turismo

Bolsonaro demitiu, na segunda-feira, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gustavo Bebianno, presidente do PSL durante a sua campanha, que balançava há uma semana no cargo. Segundo o porta-voz da Presidência, Otávio de Rego

Barros, “o motivo da exoneração do ministro Bebianno é de foro íntimo do nosso presidente”. Em seguida, Bolsonaro apareceu em vídeo de um minuto, elogiando Bebianno. A questão é: o que sabe Bebianno, que fez Bolsonaro demorar tanto para demiti-lo – e, ainda por cima, elogiá-lo? **Página 3**

Tiro, porrada e bomba

Flickr - Fotos Bolsonaros



A Família Bolsonaro decidiu promover o linchamento público do ministro Gustavo Bebianno, que comandou a sigla pela qual o capitão reformado – de pijama, como se diz na caserna – se elegeu presidente da República.

O ministro havia sido denunciado pelo crime de empregar laranjas para desviar recursos do Fundo Eleitoral.

É impossível deixar de reconhecer que os Bolsonaro possuem invulgar conhecimento em matéria de embolsar recursos públicos através de laranjas.

O filho que responde pelo codinome “01”, senador Flávio Bolsonaro, é investigado por cultivar um laranjal em seu antigo gabinete de deputado estadual, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, coordenado pelo notório Queiroz, membro honorário da milícia do Rio das Pedras.

Há suspeitas de que o filho “02”, vereador Carlos Bolsonaro, tenha apontado o dedo para Bebianno a fim de desviar a atenção do laranjal da família. **Página 3**

Casal de chilenos aposentados se mata e deixa carta de desabafo por não conseguir se sustentar

Com suas aposentadorias reduzidas e já sem poderem arcar com seu sustento, após 62 anos de matrimônio, casal de chilenos tirou a própria vida. José Aedo, de 94 anos e Bianca Sáez, de 86, na carta de despedida, declararam-se

“cansados de depender da família” para sobreviverem. Com a Previdência privatizada chilena, a deterioração das condições de vida dos aposentados tem levado ao suicídio de 17,7 chilenos a cada 100 mil na faixa de 70 a 79 anos. **Pág. 6**

Revolta no Haiti contra corrupção entra no 12º dia

Sob os lemas de “Onde está o dinheiro da Petrocaribe?” e “não queremos mais esse presidente!”, já duram doze dias os protes-

tos contra a corrupção e a carestia no Haiti, com o país parado e multidões nas ruas exigindo a renúncia de Jovenel Moise. **P. 7**

Centrais fazem dia 20 ato em defesa da Previdência



Sector recuou em 23 dos 27 Estados
Serviços caíram -0,1% no ano passado, afirma IBGE

O ano de 2018 acabou acumulando mais perdas para o setor de serviços. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados nesta quinta-feira (14), o volume de serviços prestados no Brasil recuou -0,1% no ano passado – sendo este o quarto ano consecutivo de resultados negativos. Somando as perdas, o setor encolheu 11,1% desde 2015.

“Ainda que, desde então, haja algum tipo de flutuação, mais para o campo negativo, o setor de serviços não consegue se recuperar. Tem comportamento errático e não consegue sair desse patamar tão distante do ponto mais alto”, destacou o gerente da pesquisa do IBGE, Rodrigo Lobo.

Os serviços tiveram resultado negativo de -3,6% em 2015, de -5% em 2016 e de -2,8% em 2017 – mostrando estabilidade na trajetória de queda que contraria qualquer tese de recuperação econômica. Sem o suporte da indústria e do comércio (que também desfilam dados desastrosos), com o desemprego em níveis históricos e as promessas de uma política econômica recessiva e ultraneoliberal do governo Bolsonaro e Guedes, 2019 parece já começar como mais um ano péssimo para o setor e para a economia.

Hoje, os serviços representam mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Por segmento e região

Com as empresas sofrendo o impacto da recessão, foi o segmento de serviços profissionais, administrativos e complementares que mais contribuiu para o resultado de 2018, além de ser um dos que mais perderam nos últimos quatro anos. No ano passado, recuou -1,9%, também o quarto negativo consecutivo.

“Dos últimos 45 resultados do setor, 43 são negativos”, afirmou Lobo, apontando que a retração da economia tem relação direta com a estagnação dos serviços profissionais e administrativos.

“Os serviços técnicos profissionais pesam 25% deste segmento. Eles são mais qualificados, como os serviços de engenharia, que é justamente o ramo que impulsiona a perda significativa”, disse.

Já os serviços administrativos e complementares, segundo Lobo, representam 75% dos serviços profissionais e administrativos. “São serviços de empresas prestados para empresas, e ainda não há uma recuperação clara da economia para que eles voltem a crescer”.

Outro registro importante da pesquisa é o desempenho do segmento de serviços prestados às famílias, que apesar de ter apresentado variação praticamente nula em 2018 (0,2%), tem um importante peso no setor e é a representação de como a crise, o desemprego e o arrocho salarial afetam o poder de compra das famílias. Este se encontra 12,4% abaixo do seu pico mais alto, registrado em 2013.

“Muito desse desempenho está relacionado aos serviços de restaurante. Ainda não há uma recuperação clara da massa de rendimentos, que está muito distante de 2014, o que impede as pessoas de realizarem gastos considerados supérfluos. Possivelmente, as famílias estão priorizando a refeição em casa, a levar quininha para o trabalho”, diz o gerente do IBGE.

Destinchando por estado, a pesquisa do IBGE apontou que os serviços caíram em 23 das 27 unidades da Federação – com destaque negativo para os tombos do Ceará (-7,1%), Bahia (-3,3%), Rio de Janeiro (-3,2%), Paraná (-1,7%) e Rio Grande do Sul (-1,7%).

46% da indústria fechou 2018 em queda, diz estudo do IEDI



Indústria voltou ao vermelho (-1,1%) no último trimestre de 2018



Em comparação com janeiro de 2018, setor perdeu 40,5 mil vagas

Emprego na indústria paulista recua -1,88% em janeiro, aponta Fiesp

Em apenas um ano a indústria paulista fechou 40,5 mil vagas de emprego, segundo levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O número se refere a uma comparação do estoque de empregados no setor produtivo de São Paulo em janeiro de 2018 sobre janeiro de 2019. Em termos percentuais, a redução no número de trabalhadores de um ano para o outro é de -1,88%.

A entidade também divulgou o resultado da variação mensal, ou seja, comparando janeiro com o mês imediatamente anterior (dezembro). Assim, houve variação positiva de 0,41% – resultado da con-

tratação de 8,5 mil novos trabalhadores. Contudo, se considerados os efeitos sazonais (específicos do período), o resultado sobre dezembro foi de queda de -0,17%.

A Fiesp divulgou no final de janeiro o balanço anual do emprego na maior e mais dinâmica região industrial país. Houve uma redução de 38,5 mil postos no ano passado, superando as demissões de 2017 – quando 34 mil vagas já haviam sido encerradas.

Esse resultado confirma que a manutenção da política de desvalorização dos salários, corte nos investimentos e retirada de direitos apenas aprofundou ainda mais a crise

econômica e contribuiu para o encolhimento do setor e para o desemprego.

Apenas em dezembro, 34,5 mil trabalhadores perderam seus empregos no estado que detém mais de 30% da produção industrial de todo o país. Isso, além de representar um balanço de 2018, também é um prognóstico do que os empresários industriais esperam para 2019 – já que houve praticamente uma demissão em massa no último mês do ano.

O resultado de janeiro – o primeiro de um ano que começa com um novo governo defensor do aprofundamento da política recessiva e neoliberal – indica que nada de bom virá para a indústria.

Para o Instituto, desemprego em alta e falta de investimento público foram alguns fatores que derrubaram o setor

De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), 46% de todos os segmentos da indústria fecharam o ano de 2018 em queda.

“Como assinala o IBGE, metade dos 26 ramos identificados em sua pesquisa ficou no negativo no acumulado de 2018”. “O levantamento do IEDI com 93 segmentos da indústria, realizado a partir de dados mais desagregados do IBGE, mostra igualmente uma profusão de sinais negativos”.

“Destes 93 segmentos, 43 registraram declínio no ano passado (2018), ou seja, 46% do total. Outros 50 conseguiram crescer (54% do total). Em 2017, tinham sido 58 segmentos em alta e 35 em queda. Isto é, a proporção daqueles em retrocesso avançou 23% e aquela dos segmentos com crescimento recuou 14%”, diz documento do Instituto.

Na avaliação do IEDI, “não há plenamente um motor de crescimento econômico em operação a impulsionar a atividade industrial. Isto é, continuam existindo entraves importantes de caráter mais sistêmicos que impedem que a retomada da indústria deslanche. É o caso, por exemplo, do desemprego em patamares elevados, das condições de financiamento não totalmente normalizadas, de investimentos públicos congelados, das inversões em infraestrutura muito insuficientes e de problemas de longa data da competitividade da produção nacional”.

O documento acrescenta ainda que “o resultado

foi uma variação de apenas +1,1% da produção industrial em 2018, ou seja, menos da metade daquela de 2017 (+2,5%). O quadro nos últimos meses do ano foi ainda pior do que sugere o acumulado de janeiro a dezembro. No 4º trim/18, a indústria voltou ao vermelho: -1,1% frente ao mesmo período do ano anterior, depois de ter avançado +5% no 4º trim/17. Esta involução tampouco ficou restrita a poucos ramos industriais”.

“Agrava a situação o fato de que, embora pouco mais da metade dos segmentos tenham crescido, nem por isso se livraram da desaceleração. Dos 93 segmentos, 53 registraram um resultado mais fraco do que no ano anterior, ou seja, 57% do total. Esta proporção é mais do que o triplo daquele de verificada em 2017”.

“Geograficamente, o enfraquecimento industrial também foi bastante disseminado: 10 das 15 localidades identificadas pelo IBGE se saíram pior em 2018 do que em 2017”.

“Apesar desta elevada amplitude, o que mais preocupa é que São Paulo, que possui o parque mais diversificado e moderno do país, é um dos líderes do processo, com dois trimestres seguidos de queda que se aprofundou rapidamente, passando de -1% no 3º trim/18 para -3,7% no 4º trim/18. No acumulado do ano, a indústria paulista só evitou o terreno negativo graças aos primeiros meses do ano e, ainda assim, aproximou-se muito da estagnação: apenas +0,8% frente a 2017”, ressalta o IEDI.

Produção regional aponta retrocesso e “prenúncio nada favorável” para 2019

Os dados regionais da produção das indústrias brasileiras em 2018 divulgados na semana passada são, para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), nada mais que um “prenúncio nada favorável” para 2019.

O dado nacional apresentado pelo IBGE, apesar de positivo em 1,1%, caiu com relação a 2017 – quando houve variação positiva da produção de 2,5% – afirma o IEDI. “Com o agravante de que a indústria voltou à recessão no último trimestre do ano”.

Contudo, foi o detalhamento regional que salientou a “elevada disseminação geográfica desta perda de atividade”. De todas as 15 regiões pesquisadas, 10 se saíram pior em 2018 do que em 2017.

“Isto é, os resultados minguraram em 2/3 dos parques regionais. Em 2017, o saldo havia sido melhor: 13 localidades em alta e todas com aceleração frente a 2016”, diz o instituto em estudo.

“Não bastasse, o quarto trimestre de 2018 foi negativo para metade dos parques regionais, ao atingir 7 das 15 localidades acompanhadas pelo IBGE. Com isso, o total no Brasil registrou -1,1% neste período, sendo este o capítulo mais grave de uma traje-

tória de perda de ímpeto ao longo de todo ano de 2018”, resume o ano.

“Somados, estes resultados são um prenúncio nada favorável para a indústria neste início de 2019”, conclui o instituto.

SÃO PAULO

Ao cenário nada favorável, se soma o fato de que foram os estados do Sudeste – em especial São Paulo – “que capitanearam o retrocesso industrial”.

“Preocupa o fato de que a involução é particularmente evidente para São Paulo, que possui o parque mais diversificado e moderno do país, com dois trimestres seguidos de queda que se aprofundou rapidamente, passando de -1% no 3º trim/18 para -3,7% no 4º trim/18. Ou seja, este estado tem sofrido uma notável deterioração”.

O IEDI apurou, a partir dos dados do IBGE, que 61% dos ramos industriais do estado recuaram no ritmo e 44% acumularam queda em 2018, incluindo confecção, têxteis, higiene e limpeza, informática e eletrônicos, além de alimentos e outros.

Parques importantes onde a recuperação industrial também regrediu incluem: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.



Plano seria reduzir de 100% para 60% os benefícios das viúvas

Proposta do governo para a Previdência prevê a redução de pensão para 60%

A proposta de reforma da Previdência veiculada nas últimas semanas prevê mais redução de direito.

Atualmente, se o segurado que morreu já era aposentado, o pensionista recebe o mesmo valor que era pago de aposentadoria. Pela proposta avaliada pelo governo Bolsonaro, a pensão seria de 60% do benefício, em vez de 100%.

Vale tudo para cortar os benefícios. Enquanto isso, bilhões são desviados da Previdência através da Desvinculação de Receitas da União (DRU), desonerações e sonegação.

Somente em 2017, foram subtraídos da Previdência R\$ 141,177 bilhões através das desonerações.

Além disso, o governo mistura no mesmo saco a previdência do setor privado (INSS) – que

tem orçamento próprio – com a previdência dos servidores públicos e o sistema dos militares, sob responsabilidade do Tesouro Nacional.

Segundo o senador Paulo Paim (PT-RS), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência, “é preciso demonstrar que a Previdência é superavitária, combater a sonegação e defender o país”.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@vahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Artistas do Paranoá, que fizeram o primeiro grafite, repintaram o painel

Painel volta à escola e GDF diz que Mandela é inspiração para estudantes

A direção do Centro Educacional 1 da Estrutural, no Distrito Federal, decidiu refazer um painel com o rosto do ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela – símbolo da luta pela igualdade racial – e uma frase sua, sobre a importância da educação, que haviam sido apagados. A obra ficava no pátio interno de uma das escolas do DF que terá educação militar em 2019.

Com a repercussão negativa da medida, que foi considerada arbitrária e obscurantista, ninguém assumiu a autoria da ordem para apagar a pintura. A direção da escola alegou que tinha sido a Polícia Militar, mas a PM, em nota, negou participação na decisão.

Os estudantes e a comunidade não ficaram satisfeitos com a retirada do painel e cobraram a sua recolocação.

O governo do Distrito Federal (GDF), através da Secretaria de Educação, reafirmou que o desenho servirá de inspiração para os estudantes da escola. Além disso, também ressalta que Nelson Mandela é uma das maiores inspirações para os direitos humanos em todo o mundo, sendo um exemplo e um paradigma a ser seguido.

O muro voltou a estampar a famosa frase do político sul-africano. “Educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. O trabalho foi concluído na quinta-feira (14). Os artistas voluntários do Paranoá, que haviam feito o primeiro grafite, foram chamados para refazer a pintura. Eles acrescentaram os rostos da poetisa brasileira Cora Coralina e do educador Paulo Freire.

A diretora da escola, Estela Accioly, afirma, agora, que tanto a decisão para apagar a imagem anterior, como a de refazer o mural, vieram da atual gestão compartilhada com a Polícia Militar. “Colocamos em um muro mais bem posicionado, no pátio interno da escola”, explica. “São mudanças que representam as transformações que a escola está tendo.”

Além dos desenhos, o muro da escola ganhou uma outra frase atribuída ao filósofo e matemático grego Pitágoras. “Educai as crianças e não será preciso castigar os homens”. A escolha, segundo a diretora, foi uma “sugestão compartilhada” e faz referência ao “bom senso e ao que a escola busca”, diz.

“Seguimos a decisão de pintar o muro para comunidade perceber que a escola agora é um colégio da PM”. “A frase [de Pitágoras] representa a educação, as crianças e a disciplina”, disse ela.

Lava Jato: decisão de Gilmar Mendes livra Paulo Preto da Justiça

“Tal decisão, caso não seja revertida, vai acarretar a prescrição dos crimes imputados a Paulo Vieira de Souza, uma vez que ele completará 70 anos no mês que vem, o que reduz o prazo prescricional pela metade”, diz a nota do Ministério Público Federal, na manhã de sexta-feira.

O processo – um deles – contra o operador tucano Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, ex-mandachuva da Dersa, a estatal rodoviária paulista, estava nas alegações finais, depois do que a juíza Maria Isabel do Prado, da 5ª Vara Federal Criminal de São Paulo, iria pronunciar a sentença.

Porém, Gilmar Mendes anulou a fase de alegações finais, a pedido da defesa, para que sejam ouvidas mais testemunhas.

Os réus – inclusive a filha de Vieira de Souza, Tatiana Cremonini, e dois funcionários da Dersa – são acusados

pelos crimes de peculato, inserção de dados falsos em sistema de informação e formação de quadrilha.

Ao todo, o desvio de dinheiro apurado nesse processo foi de R\$ 7.725.012,18 (sete milhões, 725 mil, 12 reais e 18 centavos), em valores da época, ou seja, sem correção monetária.

Esse dinheiro foi tirado da verba destinada ao reassentamento de pessoas desalojadas pelo trecho sul do Rodanel Mário Covas.

Os membros da quadrilha inseriram nomes de falsos moradores no sistema da Dersa – e, assim, desviavam dinheiro público.

Foram inseridos 1.800 nomes de falsos moradores, inclusive seis empregados ou empregadas de Paulo Vieira de Souza e sua filha, Tatiana. (v. a [íntegra da denúncia do Ministério Público Federal](#)).

Ler mais em [www.horadopovo.org.br](#)

C. L.

STF intima Vêlez a explicar suas ofensas aos brasileiros

O ministro da Educação de Bolsonaro, Ricardo Vêlez Rodriguez, foi notificado pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, para que dê explicações formais sobre suas declarações em relação aos brasileiros.

Entre outras coisas, Vêlez, em entrevista à revista Veja, afirmou que “o brasileiro viajando é um canibal. Rouba coisas nos hotéis, rouba assen-

Bebiano é demitido por ‘foro íntimo’ de Bolsonaro



Bolsonaro com ‘01’, ‘02’ e ‘03’: truculência, sectarismo e primarismo

Tiro, porrada e bomba

A Família Bolsonaro decidiu promover o linchamento público do ministro Gustavo Bebianno, que comandou a sigla pela qual o capitão reformado – de pijama, como se diz na caserna – se elegeu presidente da República.

O ministro havia sido denunciado pelo crime de empregar laranjas para desviar recursos do Fundo Eleitoral.

É impossível deixar de reconhecer que os Bolsonaro possuem invulgar conhecimento em matéria de embolsar recursos públicos através de laranjas.

O filho que responde pelo codinome “01”, senador Flávio Bolsonaro, é investigado por cultivar um laranjal em seu antigo gabinete de deputado estadual, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, co-

ordenado pelo notório Queiroz, membro honorário da milícia do Rio das Pedras.

Há suspeitas de que o filho “02”, vereador Carlos Bolsonaro, tenha apontado o dedo para Bebianno a fim de desviar a atenção do laranjal da família.

Mas há também a informação já confirmada de que Bolsonaro ficou furioso com o ministro ao saber, no hospital, que ele havia marcado reunião com um figurão do Globo (Paulo Tonet) no Palácio do Planalto.

“Como você coloca nossos inimigos dentro de casa?”, disse o presidente no áudio vazado pela imprensa.

A truculência, o sectarismo e o primarismo da “nova política” dos Bolsonaro têm deixado os potenciais aliados do governo ressabiados e

pouco motivados a se incorporarem à sua base na Câmara e no Senado.

As altas patentes militares que investiram na aventura de colocar um desequilibrado na presidência da República têm muito a explicar ao povo brasileiro. Não dá para dizer que foi pensando em controlá-lo, pois excluíram o “mito” da ativa em 1988, aposentando-o aos 33 anos de idade, por estarem convencidos de que o sujeito não era normal.

E por falar em aposentadoria, Bolsonaro abiscoitou a primeira, no valor de R\$ 10.000, com metade da idade mínima que pretende impor aos trabalhadores – e, agora, em janeiro, a segunda, como parlamentar, no valor de R\$ 29.301,45. Mas essa já é uma outra história...

SÉRGIO RUBENS

Promotor sobre as candidaturas laranjas do ministro do Turismo: “os fatos são graves”

O promotor Fernando Ferreira Abreu, designado pelo Ministério Público de Minas Gerais para atuar em questões eleitorais, afirmou que o caso das candidaturas laranjas ligadas ao ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (PSL), é grave.

“Os fatos são graves. Em tese, tem falsidade e apropriação indébita. Precisamos apurar, ver se os fatos são esses e quem são os autores”, disse.

Após pedido do chefe do Ministério Público eleitoral no estado, Angelo Giardini de Oliveira, o promotor instaurou na última quinta-feira (15) uma investigação sobre o caso. Ele determinou que as quatro candidatas envolvidas prestem depoimentos e também

deve chamar assessores de Marcelo Álvaro para depor. Ferreira Abreu afirmou que não descarta ouvir o próprio ministro.

“Que há gravidade, é claro. Sendo isso, é uma violação do processo eleitoral”, afirmou em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo.

No início de fevereiro, o chefe do Ministério Público eleitoral de Minas, Angelo Giardini, determinou que o laranjal do PSL de Minas fosse investigado. As candidatas Lilian Bernardino, Milla Fernandes, Débora Gomes e Naftali Tamar, todas elas vinculadas ao ministro – na época presidente do diretório regional da sigla, receberam R\$ 279 mil

do fundo eleitoral do partido, mas somaram apenas 2 mil votos.

O repasse do dinheiro, que coloca as candidatas entre as 20 mais agraciadas no país com as verbas da sigla, foi formalizado pela executiva nacional do PSL, então comandada por Gustavo Bebianno, coordenador da campanha de Jair Bolsonaro.

Ao encaminhar a apuração do caso para a Promotoria Eleitoral, Giardini apontou que “os fatos narrados podem configurar, em tese, os crimes de apropriação indébita eleitoral, falsidade ideológica eleitoral (...) e ameaça”. As penas podem chegar a seis anos de reclusão.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](#)

Reforma da Previdência “é nefasta para a sociedade”, afirma presidente do PDT

O presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, condenou, em entrevista no fim de semana, a proposta do governo Bolsonaro de reforma da Previdência. “Não há hipótese de nós concordarmos, participarmos ou sermos lenientes com essa proposta nefasta para a sociedade brasileira”, disse Lupi.

Lupi destacou que não há como discutir a previdência sem esclarecer os números que são apresentados. “Tem que ter transparência, tem que ter clareza desses números”, afirmou. “Eu quero saber por que tanta sonegação fiscal, que chega a alguns bilhões de reais por ano? São 50, 100, 200 bilhões de reais de sonegação, de gente que não paga”.

“O Estadão acaba de divulgar que houve 50 bilhões de isenções fiscais em 2018. Aí você soma a

isso os 30% da DRU, que são as Desvinculações da Receita da União (DRU). Dinheiro que o governo toma para o Tesouro e que seria direto para a Previdência. Já toma 30% da receita”, acrescentou.

Lupi chamou a atenção para a necessidade do país voltar a crescer e criar empregos como solução para a arrecadação da Previdência. “Tem que melhorar o emprego, quanto mais gente empregada, mais contribuição”, argumentou. “Você soma a isso também os 40 milhões de brasileiros que não contribuem para a Previdência. Podíamos ter um regime especial com contribuição menor e melhorar a arrecadação”, sugeriu Lupi.

Para o presidente do PDT, “não é matando a vaca que você resolve a doença que vem do car-

rapato”. “Nós queremos curar esse processo. Para isso tem que ter transparência, tem que ter clareza desses números, quanto deve, quem deve, por que as isenções, por que as sonegações, por que o dinheiro da DRU não fica na Previdência, esses 30% que o Tesouro corta, e por que não inclui esses 40 milhões que estão excluídos”.

“Depois de ver isso e fazer conta, aí temos que começar a discutir o que vamos fazer com a Previdência. Começando do zero. Pode até ser pensado esse fundo que some ao limite que o trabalhador queira ganhar. Desde que comece agora. Ou seja, marco zero, e a partir de agora, discutir quem quiser 25 anos 30 anos, aí se começa a contar. Para trás não dá para andar, porque é direito adquirido, não tem como discutir”.

Anúncio foi feito na segunda-feira, 6 dias após o ex-ministro ser chamado de “mentiroso” por Bolsonaro e seu filho

O vídeo de um minuto que Bolsonaro divulgou, ao mesmo tempo que seu porta-voz anunciava a demissão de Gustavo Bebbiano da Secretaria-Geral da Presidência da República, é uma mistura de maluquice, cinismo e covardia, assombroso pela concentração, em tão curto tempo, de todas essas coisas.

O porta-voz da Presidência, Otávio de Rêgo Barros, esclareceu que os motivos de Bolsonaro para demitir Bebbiano:

“O motivo da exoneração do ministro Bebianno é de foro íntimo do nosso presidente”, disse Barros.

“Foro íntimo”?

Foro íntimo pode ser a religião (ou a falta de religião) de cada um, pode ser o motivo de se separar de uma mulher (ou de um homem) - ou até a chamada “orientação sexual” de um cidadão (ou cidadã).

Mas demitir um ministro por razões de foro íntimo é coisa tão peculiar, que jamais houve na História da República – mas é verdade, também, que jamais houve uma esculhambação parecida com o governo Bolsonaro na História da República. Nem o governo Collor.

Uma repórter perguntou se o motivo da demissão era o laranjal de Bebianno no PSL (v. [Bolsonaro manda investigar Bebianno, mas abafa os ilícitos de seu filho Flávio](#)).

Mas, se foi isso, continuou a repórter, por que não foi demitido, também, o ministro do Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, dono de outro laranjal (v. [Ministério Público vai investigar “laranjal” de auxiliar de Bolsonaro em Minas](#))?

Resposta do porta-voz: “O nosso presidente demandou o tempo necessário para consecução da sua decisão em função de vários atores, de várias ações, e é natural que, pensando em nosso país, isso se faça de forma mais consensual e ao mesmo tempo mais maturada possível”.

Todo mundo, naturalmente, ficou esclarecido.

LARANJAS

Então, ainda antes que acabasse a entrevista coletiva do porta-voz, Bolsonaro divulgou o seu vídeo (v. abaixo).

Na tela, apareceu um robô – ou um androide, embora muito primitivo, se comparado àqueles de “Blade Runner, o Caçador de Andróides”, o filme de Ridley Scott.

O olhar era mais tresloucado que aqueles de Collor. A imagem na tela quase não se movia, como se tivesse engolido um frasco de laquê.

O robô também não sabia usar direito a linguagem humana – em vez, disso, usava uma caricatura de linguagem humana.

Começou assim:

“Comunico que, desde a semana passada, diferentes pontos de vista sobre questões relevantes trouxeram a necessidade de uma reavaliação. Avalio que pode ter havido incompreensões e questões mal entendidas de parte a parte, não sendo adequado pré-julgamento de qualquer natureza”.

De que estaria ele falando?

Que “pontos de vista”?

Que “questões relevantes”?

Se são “relevantes”, supõe-se que sejam relevantes para o país – pelo menos a ponto do presidente da República se dar ao trabalho de gravar um vídeo sobre elas.

Mas quais são “elas”?

“Incompreensões”, “questões mal entendidas de parte a parte” - uai, então porque não passaram da incompreensão para a compreensão? Ou do mau entendimento para o bom entendimento?

De que o robô estava falando?

Como é possível não fazer “pré-julgamento de qualquer natureza”, se não sabemos do que se trata?

De que ele está querendo escapar, com essa história de que não é “adequado pré-julgamento de qualquer natureza”?

De que julgamento ele tem medo?

Em seguida, a covardia torna-se explícita: “Tenho que reconhecer [tem que reconhecer?] a dedicação e comprometimento do senhor Gustavo Bebianno a frente da coordenação da campanha eleitoral em 2018. Seu trabalho foi importante para o nosso êxito. Agradeço ao senhor Gustavo pelo esforço e empenho quando exerceu a direção nacional do PSL e continuo

acreditando na sua seriedade e qualidade do seu trabalho. Reconheço também sua dedicação e esforço durante o período que esteve no governo”.

Se um sujeito chegasse de Marte (ou até de lugar mais próximo, digamos, a península de Kamtchatka), chegaria à conclusão de que Bolsonaro iria, em seguida, condecorar esse Bebianno com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito.

Qual o quê... (como dizia aquela música).

“Como presidente da República comunico que, na data de hoje, tomei a decisão de exonerar o senhor ministro-chefe da Secretaria-Geral. Desejo ao senhor Gustavo Bebianno meus sinceros votos de sucesso em sua nova jornada.”

Portanto, sabemos agora como Bolsonaro retribui a “dedicação”, o “comprometimento”, o “trabalho importante para o nosso êxito”, o “esforço”, o “empenho”.

Sobretudo quando ele “continua acreditando na sua seriedade e qualidade do seu trabalho”.

Tudo isso, claro, é mais falso que a virtude da falecida Mesalina.

Ou mais falso que a honestidade do presidiário Cunha, com quem Bolsonaro costumava participar de manifestações contra a corrupção (v. foto ao lado).

Bebianno é um oportunista – como, aliás, todo o círculo mais próximo a Bolsonaro, a começar por ele mesmo.

Aliás, como muitos repetiram: quem é esse Bebianno?

Realmente, do ponto de vista político, o sujeito só não é a maior nulidade que já chegou a ministro, porque Bolsonaro nomeou o Araújo, a Damares, o colombiano da Educação e aquele plantador de laranjas do Turismo (o governo Bolsonaro não tem ministro do Trabalho, mas tem um ministro do Turismo).

Desses, Bebianno era o mais íntimo de Bolsonaro.

Certamente, quando surgiu o seu laranjal, foi uma oportunidade para desviar a atenção do laranjal do próprio Bolsonaro – isto é, da parte que estava sob seu filho Flávio, gerenciado pelo notório Queiroz.

Junte-se a isso o vazamento da proibição de Bolsonaro a um encontro de Bebianno com um diretor da Globo (“como você coloca nossos inimigos dentro de casa?”), diz ele, na gravação), o ataque do filho mais novo ao rival (rival?), e é possível entender a reação de um desequilibrado que se complica quando o pensamento exige mais de dois neurônios (embora seja uma imagem, não é uma brincadeira – se o leitor tem dúvidas, veja, abaixo, o vídeo de Bolsonaro sobre a demissão de Bebianno).

Porém, por que Bolsonaro vacilou tanto em demitir Bebianno?

Na sexta-feira, inclusive, depois de alguma pressão vinda do PSL, Bolsonaro dissera, em sua linguagem presidencial: “Então, tá. Deixa esse filho da puta lá que eu vou ver o que faço com ele no governo”.

Isso é que é liturgia do cargo...

Alguns entenderam, com essa frase, que Bebianno permaneceria na Secretaria-Geral da Presidência.

Porém, Bolsonaro queria demitir com um prêmio de consolação: uma diretoria em Itaipu, e, até, o Palazzo Pamphili, isto é, a embaixada do Brasil em Roma, instalada nesse palácio renascentista.

Se tais ofertas de consolação para Bebbiano pareciam um cala-boca, mais ainda o vídeo de Bolsonaro.

Por que ele iria elogiar publicamente alguém que, todo mundo sabe, passou a odiar (basta olhar a sua cara, no vídeo, para perceber o ódio)?

Bolsonaro, rancoroso, ressentido, doente – como sempre foi desde a época em que saiu do Exército, depois que se descobriu seu plano de colocar explosivos de baixa potência nas dependências da Vila Militar, no Rio (v. [Terrorismo de baixa potência](#)) – elogiar, ainda que pro forma, alguém que odeia?

O que Bebianno sabe?

O que fez Bolsonaro vacilar em demiti-lo, engolindo espumas torrenciais de rancor, e, depois, quase babando na gravata, fazer, a Bebianno, elogios robotizados em um vídeo?

CARLOS LOPES

Schvartsman defende que Vale não seja condenada por crimes em MG

Ele considerou o rompimento da barragem que matou 169 pessoas como um “acidente”. “Não havia nenhuma razão de alarme ou preocupação”, disse na Câmara

O presidente da mineradora Vale, Fábio Schvartsman, defendeu, durante reunião da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que a empresa “não pode ser condenada” pela tragédia causada após o rompimento da Barragem 1 da Mina do Feijão, que era operada pela empresa em Brumadinho (MG). Até o momento, foram confirmadas as mortes de 166 pessoas e, outras 155 continuam desaparecidas.

No início da audiência, todos os presentes se levantaram e permaneceram em silêncio em memória às vítimas do rompimento da barragem. Ricardo Schvartsman foi o único que se manteve sentado. O registro foi feito pelo fotógrafo Lula Marques, que acompanhou a reunião.

“A Vale é joia brasileira que não pode ser condenada por um acidente que aconteceu numa de suas barragens por maior que tenha sido a sua tragédia”, disse Schvartsman. Em sua intervenção, o presidente da Vale tentou eximir a responsabilidade da mineradora sobre o que chamou de “acidente”. Ele reforçou o posicionamento da companhia de que os laudos ao qual a companhia teve acesso não indicavam o perigo iminente de rompimento da barragem.

“Nós continuamos sem saber os motivos que o causaram. Todas as informações que nós possuíamos e que eram enviadas aos técnicos da Vale demonstraram que não havia qualquer perigo iminente sobre aquela barragem. Consequentemente não havia nenhuma razão de alarme ou de preocupação por parte da gestão da companhia”, disse.

Schvartsman não se manifestou sobre os e-mails registrados na investigação da Polícia Federal que apontam o conhecimento de executivos da Vale sobre a instabilidade na barragem de Brumadinho ao menos dois dias antes do rompimento.

“O laudo de estabilidade que é concedido por especialistas nacionais e internacionais com grande qualificação no

assunto representam a pedra fundamental de todo o sistema de mineração no Brasil, na Vale e no mundo”, afirmou Schvartsman.

Apesar das declarações do presidente da Vale, documentos internos da companhia revelados pelo MPMG (Ministério Público de Minas Gerais) indicam que a represa da mina do Córrego do Feijão fazia parte de um grupo de 10 barragens com mais propensão a rompimento e que se encontravam em uma zona de atenção.

O documento indicava ainda que a companhia havia estimado a quantidade de mortos em caso de rompimento dessa barragem e os custos que a empresa teria se isso viesse a acontecer. Os custos estimados pela empresa eram de US\$ 1,5 bilhão (aproximadamente R\$ 5,6 bilhões).

ESQUEÇA MARIANA

Schvartsman tentou ainda desvincular a mineradora da responsabilidade com o rompimento da barragem de Mariana (MG), que matou 19 pessoas e destruiu o leito do Rio Doce, até então, considerado o maior desastre ambiental do país.

A barragem de Mariana é de propriedade da Samarco, empresa de propriedade da Vale em associação com a multinacional BHP Billiton.

“É importante registrar que a Vale existe há 70 anos. O primeiro acidente de barragem da Vale aconteceu agora em Feijão. Feijão não foi construída pela Vale. A Vale não utiliza o método de construção a montante em barragem nenhuma”, afirmou.

Segundo o presidente da mineradora, todas as barragens “a montante” da Vale foram compradas pela empresa após monitoramento das estruturas. A empresa tem 19 barragens construídas pelo sistema “a montante” e já anunciou que acabará com essas barragens em até três anos. Segundo a Vale nenhuma delas está sendo usada.

A barragem da Mina do Córrego do Feijão foi construída pela Farteco e depois adquirida pela Vale.



Durante a reunião, todos os presentes se levantaram e prestaram um minuto de silêncio em homenagem às vítimas, com a exceção de Schvartsman

Oito funcionários da Vale são presos em investigação sobre a barragem

Oito funcionários da mineradora Vale foram presos na manhã desta sexta-feira (15), durante operação do Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) que ocorreu simultaneamente em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sobre o rompimento da barragem de Brumadinho, que deixou 169 pessoas mortas e 141 desaparecidos.

De acordo com o juiz Rodrigo Heleno Chaves, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, os oito funcionários da Vale que foram presos hoje pela Polícia Civil poderiam ter evitado quase todas as mortes decorrentes do rompimento da barragem da empresa.

A pedido do MP-MG (Ministério Público de Minas Gerais), Chaves autorizou as prisões dos funcionários na quarta (13), cujos mandados foram cumpridos hoje pela Polícia Civil mineira.

De acordo com o Ministério Público, a ação visa “apurar responsabilidade criminal pelo rompimento de barragens existentes na Mina Córrego do Feijão, mantida pela empresa Vale, na cidade de Brumadinho”.

Segundo o juiz, no primeiro semestre de 2018, os funcionários da Vale já “tinham conhecimento da situação precária da barragem”. Na ocasião, mensagens de integrantes da empresa apontavam que a barragem “não tinha conserto” e que “era para tirar o pessoal todo de lá”.

“Entretanto, ao que parece, os funcionários da Vale assumiram o risco de produzir o resultado”, disse o juiz, referindo-se aos 166 mortos e aos 147 desaparecidos. “Mesmo diante de novos elementos aptos a demonstrar a situação de

emergência, não acionaram o PAEBM (Plano de Ações Emergenciais).”

Caso os investigados tivessem optado pelo acionamento do PAEBM é forçoso concluir que, provavelmente, quase todas as vidas seriam poupadas.

O magistrado diz que, até um dia antes da tragédia, ocorrida em 25 de janeiro, questões envolvendo os problemas na barragem permaneciam sem solução. Segundo Chaves, os funcionários da Vale “deveriam obviamente ter agido de maneira preventiva e acionado o PAEBM, o que evitaria que centenas de vidas fossem ceifadas”.

PRISÕES

De acordo com o MP, os oito envolvidos são funcionários da mineradora, sendo quatro gerentes (dois deles, executivos) e quatro integrantes de áreas técnicas.

Um dos detidos é Alexandre de Paula Campanha que, de acordo com a investigação, pressionou funcionários da TUV SUD a assinar laudo de estabilidade da barragem. Além de Campanha, os detidos são: Artur Bastos Ribeiro, Cristina Heloíza da Silva Malheiros, Felipe Figueiredo Rocha, Hélio Márcio Lopes da Cerqueira, Joaquim Pedro de Toledo, Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo e Renzo Albieri Guimarães Carvalho.

Segundo a investigação, Campanha é apontado por um engenheiro da TUV SUD, empresa que atestava a segurança de barragens da Vale, como o funcionário da mineradora responsável por pressionar para que o laudo atestasse a estabilidade da barragem que se rompeu em Brumadinho. Campa-

nha foi preso em sua casa, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte.

A declaração foi dada à polícia pelo engenheiro Makoto Namba, da TUV SUD, que afirmou ter sido pressionado por Campanha a assinar o laudo. Namba disse à PF ter respondido que a empresa assinaria o laudo se a Vale adotasse as recomendações indicadas na revisão periódica de junho de 2018, mas assinou o documento.

Ainda de acordo com Namba, que chegou a ser preso com outro funcionário da empresa e três da Vale em 29 de janeiro, “apesar de ter dado esta resposta para Alexandre Campanha, o declarante sentiu a frase proferida pelo mesmo e descrita neste termo como uma maneira de pressionar o declarante e a TUV SUD a assinar a declaração de condição de estabilidade sob o risco de perderem o contrato”.

Os presos foram levados para o Departamento Estadual de Investigação de Crimes Contra o Meio Ambiente (Dema), no bairro Funcionários, na Região Centro-Sul da capital mineira. Segundo fontes ligadas à investigação, depois os presos serão levados para o Ministério Público.

Segundo a polícia, às 10h30 eles permaneciam em salas separadas, em contato uns com os outros.

Em coletiva à imprensa, o delegado Bruno Tasca, chefe do Dema, falou que documentos diversos relacionados à barragem, computadores, celulares, pen-drives e HDs foram apreendidos. Em Minas Gerais, foram cumpridos nove mandados de busca em casas de funcionários.



“O que aconteceu em Brumadinho foi incidente”, diz Zema

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (NOVO), se referiu ao crime ambiental cometido pela mineradora Vale em Brumadinho, que deixou mais de 160 mortos e 155 desaparecidos, apenas como um “incidente” e disse que a empresa está fazendo o possível para minimizar os danos.

“Não tem faltado por parte da empresa neste momento assumir esse compromisso. Parece que desta vez eles reconheceram o erro apesar do incidente”, afirmou.

A declaração foi feita após ele ouvir críticas de deputados federais com quem se reuniu na Cidade Administrativa. O governador disse aos deputados que a Vale tem concedido tudo que é pedido pelos Bombeiros, Polícia Militar e famílias dos atingidos após o desastre.

Logo após, disse que não estava defendendo ninguém, mas “relatando fatos que qualquer um pode ir lá em Brumadinho e checar in loco”.

Ricardo Zema defendeu ainda que os familiares das vítimas do crime da Vale ignorem as ações judiciais de reparação e aceitem os acordos propostos pela mineradora. Segundo Zema, o Ministério Público “tem forçado a Vale a ficar pagando uma bolsa-auxílio”.

“Minha preocupação é que as vítimas sejam ressarcidas o quanto antes, porque na cabeça de muitas pessoas acaba acontecendo aquilo, eu prefiro ficar recebendo um salário mínimo por mês do que fazer um acordo e cessar esse salário mínimo. Mas o Ministério Público tem rumado neste sentido”, disse Zema.

“A Promotoria Pública tem de certa maneira forçado a Vale a ficar pagando uma bolsa-auxílio, o que parece não fazer sentido, porque se cada família receber de R\$ 1 milhão a R\$ 2 milhões, teria condição de fazer um investimento e já ia ajudar a economia local a se recompor”, afirmou.

Entre as propostas do Ministério Público em um Termo de Ajuste Preliminar (TAP) está o pagamento mensal emergencial pela Vale às famílias atingidas pelo rompimento da barragem. A proposta, que foi rejeitada pela Vale e ainda está sob negociação, previa o pagamento de um salário-mínimo por pessoa adulta; meio salário-mínimo por adolescente; um quarto de salário-mínimo por criança; e o valor referente a uma cesta básica por núcleo familiar. Os pagamentos tem o objetivo de garantir a subsistência dessas famílias enquanto não há um acordo definitivo sobre as indenizações.

Zema também procurou isentar o estado de responsabilidade na tragédia, afirmando que coube à Secretaria do Meio Ambiente a concessão de licença, mas que os critérios de exploração e a fiscalização são da Agência Nacional de Mineração.

Na reunião, os deputados federais se dividiram entre os que cobraram punição rigorosa à Vale e os que disseram que é preciso ter cautela para não acabar com a mineração em Minas Gerais. Entre as propostas da bancada está o fim da desoneração das exportações do minério.

“O que aconteceu em Brumadinho é uma questão de cadeia, temos que fazer uma Comissão Parlamentar de Inquérito e exigir cadeia porque foi assassinato”, disse o deputado federal Fábio Ramalho (MDB). O deputado Lincoln Portela (PR) também chamou a Vale de criminosa.

Pedro H. Gonzaga, estrangulado e morto em frente à sua mãe

Pedro Henrique Gonzaga, de 25 anos de idade morreu após levar um ‘mata-leão’ de um segurança do supermercado Extra na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro (RJ), na última quinta-feira, 14.

A gravação das câmeras de segurança do supermercado mostram quando o jovem vai até o vigilante, que está ao lado de outro funcionário na entrada do mercado. Eles parecem conversar, até que uma mulher se aproxima dos três. Nesse momento Pedro cai, sendo levantado pelos funcionários do estabelecimento, após isso parece haver uma discussão e o rapaz volta a cair. Em seguida, Gonzaga foi imobilizado pelo vigilante que aplica o “mata-leão” que acaba matando o jovem. “Está sufocando”, gritou uma mulher. Outro cliente disse que o suspeito estava roxo. O segurança, por sua vez, mandou: “Cala a boca”. O rapaz morreu no Hospital Lourenço Jorge, na Barra, instantes depois. “Tá sufocando ele. Ele tá com a mão roxa. Ele tá desacordado”, diziam as pessoas que estavam no local.

A mãe de Pedro Henrique, que foi ao mercado com o filho e uma amiga, assistiu o assassinato do próprio filho. Segundo, disse ao G1, quando viu o jovem caído ela tentou se aproximar para ajudá-lo e informou que ele estava sob o efeito de drogas. A mulher afirma que naquele momento teria começado uma briga com os seguranças.

“Vocês viram no papel que valia a pena matar 300 pessoas”, afirma o deputado André Janones (Avante)

Durante a audiência na Comissão Externa de Brumadinho (MG), o deputado André Janones Avante-MG afirmou que espera que essa seja a última vez que ele veja o presidente da Vale antes de sua prisão.

Em seu discurso, direcionado ao presidente da Vale, Fábio Schvartsman e ao secretário do Meio Ambiente de Minas Gerais, Germano Vieira, Janones criticou ainda as medidas da mineradora contra o Ministério Público com a intenção de retirá-lo das ações. “Tem a cara de pau de vir falar aqui que está dando auxílio. Mentira. Não paga o que deve”, ressaltou.

“Vocês reinam no país da impunidade. Mas, estamos num período de transição. Esses parlamentares aqui vão até a última instância para que essa seja a última vez que vocês estejam aqui sem algemas, tratados como autoridades, ao invés de serem tratados como bandidos, que é o que vocês são”, disse o parlamentar.

“Tenho uma grande insatisfação de ter que olhar para essa cara lavada do presidente da Vale e ver ele dizer, aqui, que a Vale é uma joia rara e que ela não tem responsabilidade pelo que aconteceu.

“Pelo menos ele foi homem suficiente para admitir que está defendendo os interesses da empresa. O senhor está aqui defendendo os interesses da Vale, eu quero dizer para o senhor e o secretário, que lhe concedeu licença para matar, que eu como parlamentar estou aqui para defender os interesses do povo”.

“O senhor está aqui para falar a fala de quem paga seu salário. Eu também estou aqui para falar a fala dos que pagam o meu salário, que é o povo brasileiro e o que o povo brasileiro lá fora fala hoje é que vocês dois são bandidos, assassinos e deveriam estar presos”.

“Fica difícil contestar essa afirmação depois da fala do representante do Ministério Público da União. O senhor disse que não sabe o que houve. Por que a barragem rompeu. É muito fácil, senhor presidente, explicar o que houve. O senhor representa uma empresa que visa o capital, o lucro acima de tudo”.

“O senhor, junto com esse moleque que se diz secretário [Germano Vieira], deve se sentir muito bem protegido aqui com parlamentares da oposição e da situação, devido ao relacionamento dele no governo Pimentel, e mantido por esse governador que se diz novo, mas que está reaproveitando tudo o que tem de pior na gestão passada”. Germano Vieira foi Secretário do Meio Ambiente do governo Pimentel (PT).

“Vocês colocaram os números nos papéis e viram que valia a pena matar 300 pessoas que, na ótica de vocês, não eram ninguém. Valia a pena, é a ótica capitalista, do lucro acima de tudo. É simples a explicação. Não precisa de tanta fala, tanto mi mi mi, de tanta conversa aqui. É muito fácil de entender”.

Leia a matéria completa no portal da Hora do Povo.

RJ: Deputado bolsonarista exhibe pedaço de placa quebrada de Marielle em seu gabinete

O deputado estadual do Rio de Janeiro, Rodrigo Amorim (PSL), emoldurou e pendurou em seu gabinete uma parte da placa que homenageava a vereadora Marielle Franco, que fora assassinada há onze meses.

Na capital fluminense, durante comício eleitoral pró-Bolsonaro, Rodrigo Amorim e Daniel Silveira, então candidatos a deputado estadual e federal, respectivamente, pelo PSL, retiraram e quebraram uma placa que homenageava a vereadora do PSOL, Marielle Franco, que foi assassinada pela milícia há onze meses. Os dois foram eleitos.

Em seu gabinete, Rodrigo pendurou a parte que lhe coube da placa quebrada como se fosse um troféu, em mais um sinal de desprezo pela memória de Marielle. “O fragmento da placa é o



símbolo da restauração da ordem no Rio de Janeiro”, afirmou.

“Há alguns dias me manifestei no plenário da Alerj quanto à desordem protagonizada por alguns deputados da esquerda que pretendem transformar os corredores do Legislativo em local de doutrinação ideológica”, disse o deputado estadual do PSL, quando questionado sobre a placa.

Informada da situação, a viúva de Marielle, Mônica Benício disse, ironicamente, que recebeu “a notícia com grande alegria. Ele entendeu que o lugar da Marielle é de destaque, para ser emoldurado em todos os gabinetes, seja de políticos de esquerda ou de direita. Pena que ele só tenha metade da placa. Vou doar a outra metade para que a homenagem fique completa”.



Proposta do governo "transforma a Previdência Social em produto de mercado, isentando o Estado do dever de preservar a dignidade de aposentadorias e pensões"

Frente Parlamentar e Anfip: "A Previdência é Nossa!"

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social e a Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal) lançaram uma nota conjunta contra a proposta de Reforma da Previdência de Bolsonaro, que teve seu texto preliminar divulgado esta semana e, segundo a equipe econômica do governo, será enviada ao Congresso na próxima quarta-feira (20).

“Os signatários manifestam-se contrariamente ao texto em tela”, afirma a nota intitulada “A Previdência é Nossa!”.

O documento, que começa contestando a forma unilateral como a proposta de reforma foi concebida “sem ouvir a sociedade civil organizada”, afirma que ela vai “transformar a Previdência Social em produto de mercado, isentando o Estado do dever de preservar a dignidade de aposentadorias e pensões”.

O texto diz que “ao alterar a base de cálculo dos benefícios, [a proposta] reduz significativamente o valor das aposentadorias”.

Sobre o regime de capitalização proposto pelo governo, os signatários afirmam que “será completamente extinto, para o futuro, o sistema de repartição, suprimindo-se contribuições de governos e empresas para a constituição dos fundos de aposentadorias”.

E alertam sobre os “riscos e mazelas próprios do regime de capitalização”.

“A inexistência de financiamento patronal é a senha para aposentadorias e pensões ruinosas a médio e longo prazos, como também o seria a desvinculação do Benefício de Prestação Continuada – BPC do salário mínimo”, diz o documento.

Sobre o que a proposta prevê para os servidores públicos, a nota afirma que, como na famigerada tentativa de reforma de Temer com a PEC nº 287/2016, a atual proposta também “elimina o caráter público das fundações de previdência complementar dos servidores públicos e faculta que os respectivos fundos sejam integralmente geridos por entidades abertas, mediante simples licitação, o que significa privatizar fundos, gestão e meios, sem garantias para o servidor”.

O documento também critica a minuta do governo, ainda sobre os servidores públicos, que “não prevê regras de transição aos que ingressaram antes de 2004, exigindo 65 anos de idade para acesso ao benefício integral para homens e mulheres”.

Para a entidade e a Frente, a proposta “impõe perda de até 50% no valor da aposentadoria, assim como passa a exigir 40 anos de contribuição de todos os servidores ingressos depois de 2003 e 40 anos de contribuição para todos os trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, caso queiram se aposentar com o benefício integral”.

A Frente Parlamentar Mista é um movimento que reúne deputados, senadores, associações, sindicatos e entidades nacionais em defesa da Previdência Pública e dos direitos dos trabalhadores.

Bispo de Marajó: espionagem do governo contra a greja é retrocesso à ditadura Bom

O bispo de Marajó (PA), Dom Evaristo Pascoal Spengler, apresentou duras críticas à espionagem, via Agência Brasileira de Informação (Abin), sobre as atividades da Igreja Católica relacionadas ao Sínodo da Amazônia. “Isso é um retrocesso que só vimos na ditadura militar”, disse o bispo.

O Sínodo é um encontro de bispos de várias partes do mundo convocado pela papa para discutir temas relacionados à igreja. O Sínodo da Amazônia está enquadrado numa categoria especial da assembleia, que nos últimos anos tratou de assuntos como África e Oriente Médio.

Para o governo

brasileiro, as pautas discutidas pertencem a uma “agenda de esquerda” e servirão como base para críticas à gestão de Jair Bolsonaro durante o evento, que acontecerá no Vaticano. “Estamos preocupados e queremos neutralizar isso aí”, disse o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno.

“A questão vai ser objeto de estudo cuidadoso pelo GSI. Vamos entrar a fundo nisso”, declarou Heleno.

Para o bispo de Marajó, “isso é uma fantasia para justificar a exploração predatória da floresta. Estamos no tempo das fake news”, disse.



Ato reuniu lideranças do PDT, PCdoB e PSB com várias entidades

Centrais sindicais dão arrancada para ato nacional em defesa da Previdência

Em reunião na sede do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), na quinta-feira (14), as centrais sindicais CTB, Força Sindical, CGTB, CUT, Nova Central, Intersindical, CSP-Conlutas e CSB debateram a mobilização para a Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, convocada para o próximo dia 20 de fevereiro, em São Paulo.

A mobilização, que tem como centro o combate à reforma da previdência do governo Bolsonaro, em defesa das aposentadorias e da Previdência Pública, vai reunir em São Paulo as mais diversas entidades do movimento popular e caravanas de trabalhadores vindas de todo o país.

“Nossa luta é, não só em defesa das aposentadorias, agora sob o risco de extinção para os mais pobres com a privatização do sistema previdenciário, mas também em defesa da soberania nacional, da democracia e dos direitos sociais, alvos da agenda ultraneoliberal do governo Bolsonaro, que radicalizou a receita de Michel Temer”, disse Adilson Araújo.

Decisão puxada por ministro bolsonarista “não vai desmobilizar trabalhadores da Eletrobrás”, diz Chicão

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu na segunda-feira (11) que greve contra privatização é abusiva.

A Seção julgou a paralisação dos trabalhadores da Eletrobrás em junho de 2018 como um movimento político, e não econômico ou profissional. A decisão estabelece jurisprudentia para novos julgamentos.

O relator da ação, ministro Maurício Godinho, acolheu parcialmente o pedido, defendendo que greves do tipo são pela manutenção dos empregos e, por isso, não podem ser consideradas políticas. No entanto, a posição do ministro Ives Gandra contraria aos trabalhadores, que abriu a divergência, venceu por quatro votos a seis.

“Os trabalhadores ficaram indignados com a sentença”, critica Eduardo Annunziato, o Chicão, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente.

“Não foi surpresa a decisão do TST devido à visão extremista e direitista que afeta hoje o País. A leitura que fazemos é que representantes de vários setores, como governo, Justiça e empresários, tentam criar situações para des-

jo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

Para ele, o ministro da Economia, Paulo Guedes, “tem forte interesse particular na reforma. E diretamente ligado a empresas que exploram o sistema previdenciário e está sendo investigado por suspeita de desvio de R\$ 1 bilhão na administração de fundos de pensão. É um dos Chicago Boys, como os que assessoraram a fracassada reforma previdenciária do ditador Augusto Pinochet no Chile, que instituiu o malfadado sistema de capitalização e condena os idosos à miséria, com aposentadorias que não chegam à metade do valor do salário mínimo daquele país”, completou Adilson.

Segundo o Estudo Estatístico Vitais, do Ministério de Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas do Chile (INE), entre 2010 e 2015, 936 pessoas com mais de 70 anos tiraram sua própria vida. Os maiores de 80 anos apresentam a maior quantidade de suicídio (17,7 por cada 100 mil habitantes), seguido pelos segmentos de 70 a 79 anos, com 15,4, contra

uma média nacional de 10,2.

“Nós estamos fazendo assembleias nas fábricas, a fim de orientar e esclarecer os trabalhadores sobre as mal-dades da reforma. Ela afeta quem está para se aposentar e também os mais jovens, que sofrerão no futuro.”, disse Rodrigo Carlos de Moraes, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Para o presidente da CGTB, Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira), “o governo fabricou um déficit na Previdência Social para tentar justificar o roubo que pretende fazer. Porém, eles não contam que só esse ano, as empresas deixarão de pagar mais de R\$156 bilhões ao governo por meio de desonerações previdenciárias.”

“Querem acabar com a previdência social para passar mais dinheiro para os especuladores da laia de Paulo Guedes. Isso o povo não aceita e não vai aceitar; ter seus direitos retirados para dar dinheiro a meia dúzia de parasitas que vivem à custa do povo.”, completou Bira.

Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora: Dia 20, às 10h. Praça da Sé, São Paulo.

mais de 1.500 profissionais, entre magistrados, servidores, advogados e políticos contra o ministro.

Em seu voto sobre a greve, Gandra disse não enxergar causa trabalhista na paralisação dos servidores da estatal. A causa trabalhista “é dirigida para impor um ônus diretamente ao empregador. A greve política é dirigida ao Estado”, disse Gandra ao defender sua tese.

A posição do ministro Maurício Godinho, que foi acompanhada pelo voto da ministra Kátia Magalhães Arruda, foi elogiada por Chicão.

O ministro defendeu que “quase toda greve tem uma dimensão política, mas essa tem uma dimensão profissional, econômica e de risco de solapamento de direitos trabalhistas relevantes e manifesta, pois há estudos que demonstram que a privatização provoca o ceifamento de empregos. Obviamente, é um direito constitucional legítimo dos trabalhadores se posicionarem contra ou a favor desse risco”.

Segundo Chicão, Wilson Ferreira Júnior continua na presidência da estatal preparando a privatização. “Ele conduziu a privatização da CPFL e demitiu em massa lá. Os trabalhadores da Eletrobrás sabiam disso e fizeram a greve de junho de 2018 em defesa do emprego”, argumenta.

Lideranças fizeram ato em Brasília para organizar resistência e luta contra a reforma da Previdência

O governo Bolsonaro ainda não apresentou sua proposta de reforma da Previdência na Câmara, mas os trabalhadores, servidores públicos, aposentados, sindicalistas e diversas entidades da sociedade civil reuniram-se nesta quarta-feira (13) com parlamentares que integram o bloco de oposição liderado pelo PSB, PDT e PCdoB, na Câmara dos Deputados, para organizar ações contra a reforma da Previdência.

A reunião contou com a participação de entidades como a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), o Fórum Sindical dos Trabalhadores, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), a Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis (Cobrapol), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Confederação da Mulheres do Brasil (CMB), entre outras.

Durante o ato, os parlamentares e lideranças das entidades debateram e deliberam estratégias de enfrentamento à reforma da Previdência, que deverá ser apresentada ao Congresso nos próximos dias pelo governo.

O deputado André Figueiredo, líder do PDT na Câmara, que dirigiu a reunião, afirmou que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), garantiu que não haverá atropelo do regimento.

“A reforma da Previdência que será enviada ao Congresso possivelmente irá incluir uma alteração profunda no modelo trabalhista. As mudanças teriam como alvo os mais jovens, que devem ser enquadrados no modelo de capitalização, onde cada trabalhador contribui para sua própria aposentadoria. Não admitiremos nenhum tipo de precarização. A reforma é importante, mas não a proposta que está colocada pelo governo”, afirmou Figueiredo.

O líder do PCdoB na Câmara, deputado Orlando Silva (SP), destacou que “nosso desafio será ter capacidade de atrair novos partidos para se somar nesse movimento em defesa do Brasil e dos direitos dos trabalhadores”. O parlamentar lembrou que PT e PSOL devem se somar ao movimento, mesmo ausentes na reunião desta quarta-feira.

“Precisamos estabelecer parâmetros básicos que agreguem.

Previdência é direito ou negócio? Essa é a estratégia do setor financeiro. Transformar direitos em negócios. Esse é um exemplo das unidades que devemos buscar, de modo que tenhamos um discurso consistente, capaz de influenciar a sociedade, o parlamento e alcançar os melhores resultados”, afirmou Orlando Silva.

O líder do PSB na Câmara, deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), destacando que o PSB quer aprofundar o debate sobre a Previdência Social, disse: “Nós queremos fazer um debate profundo, largo e honesto. Sem atropelo, que não se admita o rolo compressor que muitas vezes se quer imprimir nesta Casa”, disse Alencar.

Também falaram no evento a deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e Alice Portugal (PCdoB – BA), e os deputados Mauro Benevides Filho (PDT/CE), Paulo Ramos (PDT – RJ) e Daniel Almeida (PCdoB-BA).

Durante o debate, a deputada Jandira Feghali (RJ) lembrou que “hoje temos um regime de reparação seguro, onde há o patronato, a União, a contribuição da sociedade e do empregado. [Com a capitalização] partiremos para um regime inseguro. Nosso problema é a economia. Estamos num regime econômico onde os trabalhadores estão em altíssima rotatividade, e um alto índice de desemprego. O problema da Previdência não é o que diz a Constituição, mas a economia. Vamos precisar fazer uma ampla resistência para evitar que essa proposta avance”, disse.

Paulo Vinicius da Silva, da CTB, destacou a necessidade de ampliação do grupo de parlamentares contrários à reforma. “Precisamos falar com todos os deputados para ampliar o número de votos. Vamos vencer essa luta com povo nas ruas”, disse.

O presidente da CGTB, Ubiraci Dantas de Oliveira destacou que deve ser desmascarada por completo a fabricação do déficit da Previdência e denunciou que a previdência está sendo roubada, através da Desvinculação de Receitas da União (DRU), desonerações e sonegação por parte das empresas. “Não tem déficit na Previdência, ela é superavitária. Eles querem dar dinheiro aos bancos, querem privatizar a Previdência”, destacou Bira.

Segundo o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, “a reforma da Previdência não é para melhorá-la, para melhor geri-la, pois se fosse isto, era só usar a CPI da Previdência – que foi aprovada por unanimidade no Senado”.

ANTÔNIO ROSA

Ao ignorar história de Chico Mendes “ministro aliou-se ao discurso dos seus assassinos”, diz filha do líder sindical

A filha do falecido sindicalista Chico Mendes, Angela Mendes, divulgou nota criticando as declarações do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, a respeito de seu pai no programa “Roda Viva”, da TV cultura, na segunda-feira (11). A nota denuncia que Salles “aliou-se ao discurso dos assassinos de Chico Mendes e de seus apoiadores”. A nota é assinada pelo Comitê Chico Mendes.

“A questão não é, obviamente, pessoal. É Política! É uma questão de lado. De ideologia! De classe. É assim que deve ser tratada: o ministro reafirmou seu lado. Ele está do lado dos que pensam que mataram Chico Mendes, que são os mesmos que continuam matando ou apoiando a morte de lideranças das populações tradicionais (extrativistas, coletores, quilombolas, indígenas, pescadores, entre outros) e seus apoiadores e aliados.”, continua a nota.

Durante a entrevista, o Ministro de Bolsonaro afirmou desconhecer a figura de Chico Mendes e sua história. “Escuto histórias de todos os lados. Dos ambientalistas mais ligados à esquerda, que o enaltecem. E das pessoas do agro que dizem que ele não era isso que contam. [...] Dizem que usava os seringueiros pra se beneficiar”, disse o ministro. Diante dessa resposta o apresentador, Ricardo Lessa, rebateu: “se beneficiar em quê? Ele morreu pobre”.

“Que diferença faz quem foi Chico Mendes agora?”, disse Salles.

Para o Comitê Chico Mendes, “só essa afirmação, partindo de quem

ocupa a pasta que ocupa, já deveria ser seguida por um ato de grandeza: o pedido de demissão. Mas é esperar demais de alguém com a pequenez ética desse senhor.”

“A relevância de Chico Mendes, senhor ministro, está no fato de que, como seringueiro, político, militante, liderança sindical, presidente de um sindicato de trabalhadores rurais nos confins da Amazônia ocidental, em Xapuri, conseguiu, com sua incrível capacidade de situar-se à frente de seu tempo, perceber que não estava lutando só pelas seringueiras, ou pela floresta, mas que estava lutando, como ele mesmo disse, ‘pela humanidade.’”, diz a nota.

Chico Mendes teve um papel de grande relevância na luta para que a Amazônia e suas riquezas servissem para os interesses do povo, num momento em que a ditadura militar buscava facilitar a exploração que expulsava os seringueiros, indígenas e demais povos tradicionais da região, devastando a floresta.

Naquele momento “os seringueiros discutiram que queriam uma garantia de que poderiam continuar vivendo como seringueiros, na floresta, usando-a sem destruí-la e sem necessidade de serem os ‘donos da terra’, e sim, apenas e tão somente, que pudessem usufruir das riquezas da floresta, que deveria continuar como ‘bem público’, patrimônio da União, de todo o povo.”

A nota também resgata o papel que Chico Mendes cumpriu em defesa da Amazônia:

Cruz Vermelha repele a ‘ajuda humanitária’ como subterfúgio para intervenção na Venezuela

O chefe do Comitê Internacional da Cruz Vermelha na Colômbia, Christoph Harnisch, que participou do encontro, assegurou que a instituição não participará na distribuição da assistência que vem dos EUA, ao considerar que a “ajuda” é de um governo que tomou parte em um conflito interno de poder e não tem nada de humanitária. “Nós não participamos naquilo que é não é para nós uma ajuda humanitária”, pontuou Harnisch.

“Estamos falando de uma ajuda que um governo decidiu e não que foi solicitada ou acordada”, acrescentou para esclarecer que o “humanitário” deve ser protegido por princípios fundamentais que norteiam a CV, tais como “a independência, a imparcialidade e a neutralidade”.

“Para nós é importante que realmente haja um respeito ao termo humanitário e um respeito aos princípios, isto é fundamental”, reiterou à saída do encontro, realizado no dia 10, com representantes da Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição (PCDC) juntamente com a Plataforma pelo Referendo Consultivo (que acabam de tornar pública carta enviada ao presidente Maduro pedindo reunião para discutir saída para a crise venezuelana, ver matéria nesta página).

Os representantes das duas entidades que reúnem diversas organizações e lideranças da Venezuela que se opõem ao regime de Maduro, mas rejeitam a intervenção norte-americana disfarçada de “ajuda humanitária” foram ao encontro de Harnisch depois que a delegação da Cruz Vermelha Internacional na Colômbia, em conjunto com a Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho para os Países Andinos e a Cruz Vermelha da Colômbia lançaram nota contra a utilização ingerencista que a Casa Branca, em conluio com o autoproclamado presidente interino, Juan Guaidó, pretende fazer da “ajuda humanitária”, com produtos colocados perto da fronteira da Colômbia com a Venezuela.

Essa é a íntegra da Carta da Cruz Vermelha: “O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho na Colômbia eafirma que com o fim de garantir o cumprimento de sua missão exclusivamente humanitária e de acordo com os Princípios Fundamentais de Imparcialidade, Neutralidade e Independência, não pode participar nas iniciativas de entrega de assistência à Venezuela a partir da Colômbia sem acordo prévio entre a Cruz Vermelha e a Venezuela.

Da mesma forma, no cumprimento de nossa missão, continuaremos o apoio humanitário à população vulnerável no território colombiano incluindo a população migrante em coordenação com os associados ao nosso movimento”.

Da mesma forma se posicionou a organização Cáritas Venezuela - que trabalha com ações humanitárias – e é vinculada à Igreja Católica, contestou esta ajuda humanitária manipulada por Washington, sua presidente, Janeth Marquez, em entrevista publicada pelo portal ACI Prensa, no dia 13, declara que a “ajuda humanitária não deve vir revestida de tintas políticas”.

Ela insiste que sejam erguidas as sanções norte-americanas que colocam crianças em risco de desnutrição e exemplificou destacando que “desde o começo do ano, Cáritas se encontra em situação muito complicada devido a que as sanções geram problemas de falta de combustível e matéria prima”.

Para Janeth Marquez, “a ajuda humanitária deve ser planejada e deve ser buscada a participação da ONU como entidade coordenadora que conta com protocolos importantes”.

Os emissários da Plataforma foram postos a par de várias condições que devem existir e ser respeitadas para o manejo da ajuda internacional humanitária de organismos e países para outros:

- 1) Reconhecimento da situação por parte do Estado.
- 2) As partes devem se por de acordo para a abordagem da situação.
- 3) Não utilização do tema da ajuda com fins políticos.
- 4) Trabalho com as instituições que devem ser as primeiras a canalizar os apoios e recursos humanos, e que devem avaliar a situação aos organismos internacionais para fazer possível a ajuda.
- 5) Supervisão da sociedade e de organismos autorizados para evitar o desvio dos recursos e assegurar que cheguem à população destinatária e necessitada.

EUA: DEPUTADOS CONDENAM INTERVENÇÃO

Parlamentares do Partido Demócrata, se posicionaram de forma contrária às declarações do autoproclamado Guaidó, em entrevista concedida à agência France Press de que poderia chegar a “autorizar” uma intervenção militar por parte dos Estados Unidos.

Entre eles, o recém-eleito Ro Khanna, pela Califórnia, que publicou a declaração: “Os Estados Unidos não devem ungir o líder da oposição na Venezuela em um conflito interno e dividido. Não há dúvida de que as políticas econômicas de Maduro têm sido terríveis, e que ele embarcou em mal financiamento e autoritarismo político. No entanto, sanções paralisantes e ação militar estão tornando a vida pior para as pessoas comuns na Venezuela. Devemos trabalhar para apoiar os esforços do Uruguai, México e a Santa Sé para um acordo negociado e o fim das sanções que estão piorando a hiperinflação. Estou trabalhando com meus colegas para que instem o governo Trump a mudar o imediatamente o curso de sua política em direção à Venezuela.”

O senador Bernie Sanders, que disputou com Hillary Clinton a indicação para a candidatura democrata na últimas eleições presidenciais, declarou que “chega dos Estados Unidos permanecerem no negócio de mudanças de regime ou de apoiar golpes”.

A deputada democrata, Ilhan Omar, afirmou que “golpe bancado pelos EUA não é solução para os problemas da Venezuela” e acrescentou que “Washington não pode sair catando líderes para outros países”.

A deputada Tulsi Gabbard, que já lançou sua candidatura a representar os democratas nas próximas eleições presidenciais, foi taxativa: “Deixem que o povo da Venezuela determine o seu futuro” e prosseguiu dizendo que “os EUA devem ficar fora da Venezuela. Nós não queremos que outros países escolham nossos líderes, portanto, devemos parar de tentar escolher os líderes dos outros”.

Previdência privatizada chilena multiplica o suicídio de idosos



Atormentados com a redução, mais drástica a cada ano, nas aposentadorias, José Aedo e Blanca Sáez decidem morrer juntos

Ministros do governo Chávez pedem, em Carta aberta, reunião com Maduro

Ministros do presidente Hugo Chávez, acadêmicos, organizações políticas, dirigentes sindicais e sociais que conformam a Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição da Venezuela (PCDC) divulgaram em Caracas, dia 17, uma carta solicitando reunião com o presidente Nicolás Maduro. Os integrantes da Plataforma esclareceram as razões de tornar pública a carta.

“A Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição vem expressando sua profunda preocupação pela escalada de violência que está ameaçando o país com uma guerra civil ou uma invasão militar por parte do governo imperial de Donald Trump. É difícil imaginar um assunto de maior ‘transcendência nacional’ que uma crise na qual o Estado está fracionado e existem ameaças reais de uma guerra civil e uma invasão armada estrangeira”, assinala a nota introdutória.

“Nos reunimos com o Deputado Juan Guaidó enquanto presidente da Assembleia Nacional e não como presidente da República, como divulgou-se nos meios de comunicação, com a finalidade de dar-lhe a conhecer nossos argumentos. Da mesma forma, temos estado tentando reunir-nos com o presidente Maduro há semanas. Temoslhe solicitado audiência por canais informais. Como não houve resposta, decidimos dirigir-lhe formalmente uma carta solicitando a audiência. Esta comunicação foi levada por três dias sucessivos ao Palácio de Miraflores e, de forma reiterada, o pessoal responsável por receber a correspondência dirigida ao presidente da República, ao ver quem eram os assinantes da comunicação, negou-se a recebê-la”, frisa a nota. Afir-mam que, por estas razões, decidiram fazer pública a comunicação da qual, a seguir, publicamos trechos.

CARTA

Carta da Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição ao presidente Nicolás Maduro

Os que subscrevemos, membros da Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição (PCDC), desejamos através da presente missiva solicitar-lhe formalmente, com a urgência que considere conveniente, uma reunião para dialogar acerca da situação muito grave que nosso país vive, e as possíveis vias para conseguir uma solução nos marcos constitucionais, democráticos e soberanos que conduzam a uma saída em função dos máximos interesses da República e do povo venezuelano.

Como deve ter conhecimento, uma representação dos que formamos parte da PCDC, na terça-feira, 05, do presente mês, atendeu um convite que nos formulou a Direção da Assembleia Nacional. Na referida reunião, realizamos uma caracterização da profunda e complexa crise que está dizimando as condições de vida digna do povo venezuelano e diante da gravidade dos fatos, lhe colocamos o que, ao nosso modo de ver, poderia ser uma solução constitucional e democrática para a cri-

se que nos esmaga. Temos denominado essa saída: A Rota da Paz e da Mudança, definida por um processo de negociação sustentado em um diálogo entre os dois poderes em pugna (Governo Nacional e Assembleia Nacional), que com a nomeação de um novo Conselho Nacional Eleitoral consensual, e através da ativação de um Referendo Consultivo, o Povo Venezuelano como Soberano e portador do Poder Originário decida se está de acordo ou não em reelegitimar os poderes públicos.

Realizamos esta proposta da Rota da Paz e da Mudança sustentada na avaliação que fazemos do momento político atual que apresenta nosso país, e que igualmente expressamos à Direção da AN onde reiteramos, assim como ao Senhor e ao país inteiro o seguinte:

CRISE

É incontestável que a crise política venezuelana entra em uma nova fase a partir de 23 de janeiro, quando se produz a auto-proclamação do deputado Juan Guaidó como suposto “presidente interino” e começa a perfilar-se a formação de um Estado paralelo, que não é mais do que outra expressão da sistemática e continuada violação da nossa Carta Magna, onde negavelmente existem enormes responsabilidades por parte dos atores políticos em pugna. Por um lado, seu Governo e pelo outro os partidos de oposição aglutinados na Assembleia Nacional. O fato concreto é que, como bem o temos denunciado publicamente, a criação de um governo paralelo responde à estratégia que vem adiando o governo dos Estados Unidos para recuperar a hegemonia perdida no que qualifica como seu “quintal traseiro”... e assim por freio na América Latina aos seus oponentes econômicos como China e Rússia.

A questão é que dita estratégia não teria podido avançar ou ter êxito se em nosso país tivesse se mantido e respeitado o valor do exercício democrático, participativo e protagônico do povo, como eixo da transformação socioeconômica e da transformação política. Como também, se não se houvesse produzido o fracasso de uma gestão governamental que, lamentavelmente, tem conduzido o povo venezuelano a ter que suportar, injustamente, os embates de uma crise da qual não é responsável. Referimo-nos a que o país tem sofrido um importante revés nas grandes conquistas que no âmbito social tinha obtido o processo bolivariano. Hoje temos que, de acordo com a última pesquisa ENCOVI[1], para o ano 2018, 48% dos lares venezuelanos são pobres. Isso só para mencionar alguns dados das múltiplas variáveis que mostram as precárias condições de vida do povo venezuelano e que, como é obvio, vulneram os direitos humanos que formam parte do mandato constitucional. Falamos de temas como a hiperinflação, a destruição do poder aquisitivo dos trabalhadores e suas famílias, a escassez de alimentos, medicamentos, a aparição de doenças erradicadas em nosso país como, por exemplo, a malária, a deterioração

incomensurável dos serviços públicos como: transporte, água potável, gás doméstico, eletricidade, telefonia fixa e móvel, acesso a internet, etc.

ÊXODO

Um tema que também merece atenção, e que sem dúvidas é expressão da profunda crise social e econômica que afeta o país, é o referido à importante e significativa migração de venezuelanos estimada, segundo a ACNUR[2], em 3 milhões de pessoas que em busca de melhores condições de vida para eles e sua família, já que nosso país não as pode garantir, tiveram que abandonar filhos, pais, trabalhos, estudos, aprofundando o drama social ao produzir-se uma fragmentação das famílias venezuelanas, evento que, obviamente, para a Venezuela se converte em um fenômeno social histórico excepcional em toda nossa vida republicana.

Como síntese, temos que esta dramática situação inevitavelmente veio gerando um rechaço acumulado do povo venezuelano à vossa gestão, criando as condições subjetivas e objetivas para facilitar a execução da estratégia desestabilizadora dos EUA e o Grupo de Lima, apoiando-se nesse descontentamento popular. Isso explica as mobilizações massivas que se efetuaram no dia 23 de janeiro, em cujo contexto se produziu a referida auto – proclamação, à margem da Constituição, do Deputado Juan Guaidó como suposto “Presidente interino da República”, apresentando-se como uma esperança do cambio político para sair da crise. Nestas circunstâncias, tem se implantado um cenário de confrontação em que, por um lado, a Assembleia Nacional encabeçada por Juan Guaidó, assumindo a rota da guerra pilotada pelo governo de Trump e seus aliados, impulsiona a seqüência: “cesse à usurpação - governo de transição – eleições livres”; e pelo outro, seu Governo se mantém entrincheirado no poder, também à margem da Constituição.

E obvio que este processo de confrontação, cedo ou tarde, terminará em um diálogo e em uma negociação. O que não desejamos os venezuelanos é que esta ocorra após a perda inútil de milhares de vidas humanas, da destruição da infraestrutura nacional e a perda da integridade territorial. Chamamos sua atenção para que, em uma situação como essa, perderíamos a República e os que se beneficiariam disso, como sempre o tem feito, seriam as grandes potências estrangeiras e seus interesses corporativos.

Firmam: Héctor Navarro, Ana Elisa Osorio, Gustavo Márquez, Oly Millán, Santiago Arconada, Juan García, Edgardo Lander, Esteban Emilio Mosony e Gonzalo Gómez

[1]. Encuesta Nacional de Condiciones de Vida 2018 (ENCOVI). <http://elucabista.com/wp-content/uploads/2018/11/RESULTADOS-PRELIMINARES-ENCOVI-2018-30-nov.pdf>

[2]. <https://www.acnur.org/noticias/pres-s/2018/11/5be443b54/la-cifra-de-personas-refugiadas-e-inmigrantes-venezolanas-alcanza-los-3.html>

HP 20 E 21 DE FEVEREIRO DE 2019

Com as aposentadorias reduzidas ano a ano e já sem poderem arcar com seu sustento, “cansados de depender da família”, após 62 anos de matrimônio, casal de chilenos tira a própria vida

José Aedo, de 94 anos, e Blanca Sáez, de 86, são as mais novas vítimas da política de privatização da Previdência Social chilena, imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) durante a ditadura do general Pinochet na década de 80 e mantida pelos governos que o seguiram. À medida que os anos passam, o valor das pensões e aposentadorias vai sendo reduzido, o que se reflete no número recorde de suicídios.

Foi exatamente o que ocorreu com José e Blanca. Sem conseguir sustentar os gastos crescentes, após 62 anos juntos, decidiram recorrer a um gesto extremo e se tirar a vida. Foi em sua própria casa, em El Bosque, ao sul de Santiago, no início de fevereiro.

Na carta de despedida aos quatro filhos e sete netos, deixaram explícito que “estavam cansados de viver e depender da família”. Para deixar de ser um peso, José disparou em Blanca – que se encontrava doente e acumulando muitos gastos - e logo depois se suicidou com um tiro.

“São 62 anos de matrimônio, que viveram juntos e felizes. É uma história de amor onde nunca os vimos brigar ou tratar-se mal”, lamentou a neta que encontrou os corpos. “Todas as pessoas ficaram impactadas pela morte de ambos, porque foi inesperado, nem podíamos imaginar. Era um casal de tantos anos, com filhos e netos já adultos”, lamentou uma vizinha.

Conforme o Estudo Estatísticas Vitais, do Ministério de Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), entre 2010 e 2015, 936 adultos maiores de 70 anos tiraram sua própria vida no período. O levantamento aponta que os maiores de 80 anos apresentam as maiores taxas de suicídio – 17,7 por cada 100 mil habitantes – seguido pelos segmentos de 70 a 79 anos, com uma taxa de 15,4, contra uma taxa média nacional de 10,2. Segundo o Centro de Estudos de Velhice e Envelhecimento, são índices mórbidos, que crescem ano e ano, e refletem a “mais alta taxa de suicídios da América Latina”.

Uma das autoras da pesquisa ministerial, Ana Paula Vieira, acadêmica de Gerontologia da Universidade Católica e

presidenta da Fundação Miranos, avalia que muitos dos casos visam simplesmente acabar com o sofrimento causado, “por não encontrar os recursos para lidar com o que está passando em sua vida”.

“O que nós percebemos, depois de anos de funcionamento, é que o sistema de pensões das AFP baixa toda a qualidade de vida na velhice”, afirma a economista chilena Claudia Sanhueza, diretora do Centro de Economia e Políticas Sociais da Universidade Mayor.

MULTINACIONAIS

Atualmente, das seis AFPs que atuam no Chile, cinco são controladas por empresas financeiras multinacionais: Principal Financial Group (EUA); Prudential Financial (EUA); MetLife (EUA); BTG Pactual (Brasil) e Grupo Sura (Colômbia), que administram fundos de 10 milhões de filiados. São recursos aplicados no mercado de capitais especulativos, nas bolsas de Londres e Frankfurt, para serem repassados sob a forma de empréstimos usurários aos próprios trabalhadores.

Na avaliação do representante do movimento No + AFP, Mario Villanueva, o sistema chileno de Previdência privada foi feito para injetar capitais no sistema financeiro e é o “coração do modelo neoliberal instaurado na ditadura”. Para se ter uma ideia, alertou, os recursos geridos pelas AFP já somam US\$ 220 bilhões, equivalente a mais de 80% do PIB chileno.

Para garantir os lucros abusivos de meia dúzia de mega-usurários, o resultado perverso deste mecanismo de arrocho é escancarado pelos próprios dados oficiais: 79% dos pensionistas chilenos recebem menos que um salário mínimo.

A dura realidade dos fatos enterrou o discurso publicitário das AFP que propagandeava – com o apoio da grande mídia chilena - que os trabalhadores se aposentariam recebendo entre 70% a 100% dos últimos salários. Obviamente não foi o que ocorreu. Hoje, a média das pensões é de míseros 33% para homens e 25% para mulheres, segundo dados da Fundación Sol, que estuda o tema.

LEONARDO SEVERO

Odebrecht faz acordo de colaboração com investigação da Promotoria peruana

A Odebrecht anunciou, que fechou acordo de colaboração com a Promotoria do Peru para ampliar as investigações sobre subornos eleitorais e ilícitos administrativos.

“A Odebrecht e o Estado peruano formalizaram, nesta sexta, o acordo definitivo que estabelece as bases para a continuidade da cooperação da empresa com a Justiça do país”, comunicou a construtora depois de terem ficado públicas informações chaves sobre a corrupção da qual foi parte ativa.

Os detalhes do acordo foram definidos em dezembro passado. A empresa deverá pagar 182 milhões de dólares como reparação ao Peru. O valor foi fixado com base em quatro licitações que a construtora venceu no país andino pagando subornos a autoridades e funcionários peruanos.

O promotor Rafael Vela Barba qualificou a negociação de “exitosa”, e acrescentou que a mesma “permitirá ao sistema de administração da Justiça peruana acessar valiosas informações que permitam esclarecer a investigação”.

Enlameados no roubo ao patrimônio público são dois contratos referentes à construção de estrada que une o Peru ao Brasil durante o mandato do presidente Alejandro Toledo, que governou o país de 2001 a 2006. Outros dois contratos tratam da construção do metrô de Lima, executado durante o segundo governo de Alan García, de 2006 a 2011. Estão ainda sob investigação contratos para ampliar o corredor

costeiro Costa Verde-Callao, e a construção de uma estrada de acesso rápido à Cuzco. Uma quinta obra é o projeto Chacas, na região andina de Ancash.

A Lava Jato peruana investiga casos de corrupção relacionados à Odebrecht e que envolvem os ex-presidentes Alejandro Toledo (mandato de 2001 a 2006), foragido nos EUA; Ollanta Humala (2011-2016), que foi detido durante nove meses; Alan García (que governou o Peru por duas vezes, 1985-1990 e 2006-2011), e Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018), que renunciou em março do ano passado, em meio a denúncias.

A Odebrecht já admitiu ter distribuído propina a autoridades de 12 países – além do Brasil, em troca de obras arranjadas.

A empresa reconheceu que pagou US\$ 788 milhões em propina em dez países latino-americanos (Argentina, Colômbia, República Dominicana, Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru e Venezuela) e em dois da África (Angola e Moçambique). No Peru, a empreiteira admitiu o pagamento de US\$ 29 milhões, de forma a burlar licitações para participar de mais de 40 projetos envolvendo US\$ 12 bilhões em investimentos públicos.

Ollanta Humala recebeu dinheiro da Odebrecht para a campanha eleitoral, confirmou o ex-diretor da Odebrecht no Peru, Jorge Barata. Humala ficou 9 meses na prisão, por receber US\$ 3 milhões em propina. O dinheiro foi entregue a Humala a pedido de Lula segundo depoimento de Barata a procuradores peruanos.

Portugal: greve nacional de servidores repudia arrocho

Dezenas de milhares de servidores públicos participaram de greve nacional de 24 horas em Portugal na sexta-feira (15), com a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública confirmando a adesão acima de 80% no país inteiro. A mobilização parou escolas, hospitais, tribunais, museus, repartições e a coleta de lixo.

Os grevistas exigiram aumento real de salário de 4%, mais 1,5% referente à inflação de 2018 e a abertura de negociação com o governo, para que se defina de que modo e em que prazo as leoninas perdas salariais impostas pela Troika serão recuperadas. As duas centrais sindicais, a CGTP e a UGT, apoiaram a greve.

“Esta greve está a dar o sinal que os trabalhadores estão muito descontentes com o que se está a passar com eles e com a forma como estão a ser tratados”, afirmou a coordenadora da Frente Comum, Ana Avoila. “Foram estes trabalhadores que ajudaram a derrubar o governo PSD/CDS que fez uma política desastrosa para a administração pública”, acrescentou, conclamando o governo de Antonio Costa a recuar da sua intransigência.

A greve foi convocada após o primeiro-ministro ter anunciado que prorrogaria por mais um ano o congelamento dos salários dos servidores, que já dura 9 anos, 4 meses e 2 dias (desde 2009!), com perda média de 17%. Algumas categorias chegaram a perder mais de 20%. Os servidores também denunciam a precarização que acompanhou o arrocho. Muitos professores são demitidos ao final do ano letivo e ficam os três meses de férias sem salário.

O congelamento foi imposto no auge da política de arrocho selvagem para salvar bancos europeus afundados na especulação. Apenas os servidores que ganham 580 euros terão reajuste para não violar o salário mínimo, que subiu para 635 euros. O que deixa 630 mil dos 670 mil servidores públicos portugueses sem qualquer reajuste.

O governo socialista é minoritário no parlamento, mas se mantém graças à sustentação de comunistas, verdes e bloquistas de esquerda, que não participam do governo, em torno de uma agenda antineoliberal mínima, como a recuperação do salário mínimo – o que recebeu o apelido de “Geringonça”. As eleições serão em outubro. No ano passado, o PIB de Portugal cresceu 2,1%, acima da média da UE.

Os enfermeiros anunciaram uma greve nacional para o dia 8 de março. Desde novembro, têm espocado greves pipoca na rede hospitalar, convocadas pela internet, e com os grevistas apoiados por financiamento coletivo pelas redes, contra o qual o governo atuou na justiça para exigir a entrega das informações pessoais das 14.000 pessoas que contribuíram.

O que levou Carlos Silva, secretário-geral da UGT, central próxima dos socialistas, a argumentar que “não é essa atitude que se espera de um governo de esquerda”. Ele acrescentou que, se desgastarem os sindicatos, depois “vão negociar com quem, os coletes amarelos?” “O governo tem de decidir o que quer fazer”.

Para o jornal Público, Portugal está vivendo um “inverno quente”, com o número de avisos de greve chegando a 112 no primeiro mês e meio do ano, contra 260 no ano passado inteiro. Não é só em Portugal: nesta semana, os trabalhadores belgas realizaram uma greve geral nacional, os servidores públicos alemães pararam Berlim na quarta-feira e o pessoal dos transportes, na sexta-feira. Na semana passada, centenas de milhares de trabalhadores italianos exigiram em Roma empregos e mais investimentos públicos. Desde novembro, a revolta dos Coletes Amarelos vem tirando o sono do presidente Macron na França e inviabilizando sua nefasta ‘reforma da previdência’.

Greve do transporte público por salário paralisa Berlim

Cerca de 14 mil trabalhadores da companhia de transporte público Berliner Verkehrsbetriebe (BVG) realizaram uma massiva greve em Berlim nesta sexta-feira (15) por aumento salarial e melhores condições de trabalho.

A ação ampliou a pressão em torno da pauta que inclui uma semana de trabalho de 36,5 horas, bônus de Natal para os novos empregados e um progresso mais rápido na carreira e na escala salarial. As negociações continuarão no dia 5 de março.

A paralisação começou já nas primeiras horas da manhã, com todos os metrô e bondes, assim como a maioria dos ônibus da capital alemã, parados em seus depósitos e garagens até o meio dia, conforme o deliberado em assembleia com o Sindicato Verdi, um dos principais do país.

Reunindo 4.000 trabalhadores, a concentração em frente à sede da BVG expôs a tensão que se espalha pela categoria. “Se nada acontecer, as coisas vão explodir na BVG”, sintetizou o mecânico industrial David, que trabalha nas oficinas da empresa. Seu colega Marco, disse que é isso mesmo: “a BVG fez tanto lucro que deveria usar esse dinheiro para aumentar nossos salários”.

Da mesma forma que outros companheiros de empresa relataram, Marco denunciou não poder sobreviver

com seu míngua salário. Após deduzir os custos fixos, só lhe sobra 400 euros por mês. “Eu não posso pagar um carro por isso, sem férias, nem mesmo consertando eletrodomésticos”, protestou. Por esta razão está à procura de um segundo emprego numa empresa de segurança, onde poderá trabalhar nos fins de semana.

David condenou os baixos salários e o desrespeito. Treinado como mecânico industrial, ele agora exerce essa função, mas ganha menos, pois pela BVG recebe como mecânico de veículos. Além disso, como novo funcionário, precisa trabalhar duas horas e meia a mais, mas recebe até 1.000 euros a menos que os trabalhadores contratados pela empresa antes de 2005. “Queremos remuneração igual para que não haja mais diferenças entre colegas”, destacou.

Motorista de ônibus, Orkan precisa dirigir 39 horas mensais para receber 1.600 euros mensais, contra 1.980 euros que recebia da assistência social no período em que se encontrava desempregado. “Se minha esposa também não trabalhasse na BVG, eu teria que me candidatar à assistência novamente”, relatou.

“As condições para os motoristas de ônibus são muito ruins em Berlim, com os aluguéis altos alcançando o mesmo nível de Munique.

Trump declara emergência-fake para bancar muro da xenofobia



Oposição e entidades de direitos civis vão à Justiça questionar a medida

Haitianos repudiam nas ruas corrupção e carestia e exigem: “não queremos mais esse presidente!”

Sob os lemas de “Onde está o dinheiro da Petrocaribe?” e “não queremos mais esse presidente”, já duram doze dias os protestos contra a corrupção, a carestia e os apagões que vêm varrendo o Haiti, com o país parado e multidões nas ruas para exigir a renúncia do presidente Jovenel Moise.

Nesta segunda-feira (18), algumas lojas e postos de gasolina abriram pela primeira vez desde o início da revolta e parte dos ônibus voltou a circular, mas as escolas continuam fechadas e novas manifestações estão convocadas. Na noite de sábado, o primeiro-ministro Jean-Henry Ceant tentou apaziguar os revoltosos, com vagas promessas de cortar algumas sinecuras de seu próprio gabinete, possível aumento do salário mínimo e quem sabe um controle dos preços.

Desde que o “fora Jovenel” começou no dia 7, aniversário da derrubada do ditador Baby Doc há 33 anos, pelo menos nove pessoas já morreram, conforme o France24. Mas ativistas dizem que o total pode ser bem maior. As barricadas se espalharam e muitos carros, inclusive viaturas policiais, foram incinerados. Mercados foram saqueados.

No sábado, manifestantes queimaram uma bandeira norte-americana e deram

vivas a Putin, dizendo-se fartos das intervenções norte-americanas.

Além do parecer do Tribunal de Contas da União haitiano provando o envolvimento direto na corrupção do presidente Moise e de ex-primeiros-ministros, o estopim da revolta foi a decretação, dois dias antes, pelo governo Moise de “emergência econômica nacional”, diante do colapso da moeda haitiana frente ao dólar, da carestia e dos apagões.

Para 10,5 milhões de haitianos na miséria e extrema miséria, não havia muita dúvida de que o que se seguiria seria outro drástico “aperto dos cintos”, sob o infame pretexto neoliberal de “déficit orçamentário descontrolado” e consoante o manual de campo do FMI.

Os manifestantes chegaram a apedrejar a casa do presidente Moise, que finalmente saiu do silêncio na quinta-feira, para dizer que “não renuncia” e não entregará o país nas mãos “das gangues e traficantes armados” (Já dos ladrões ...). Na vizinha República Dominicana, há rumores de que os dois filhos de Moise fugiram para lá.

A razão dos apagões é que as sanções de Trump à Venezuela desmantelaram o mecanismo da Petrocaribe,

através do qual o país de Hugo Chávez fornecia petróleo aos povos irmãos do Caribe, a preço mais barato, pagando 60% e com o restante podendo ser usado como empréstimo, a juros muito baixos, para projetos de desenvolvimento econômico e social.

Foi com esse dinheiro que sucessivos governos, desde a derrubada do presidente Jean-Bertrand Aristide, se locupletaram, em projetos com superfaturamento ou que simplesmente jamais ficavam prontos. Ou, ainda, usando a emergência criada pelo terremoto de 2010.

Na outra semana, um petroleiro texano que chegou a Porto Príncipe não teve como descarregar sua carga completa, por falta de dinheiro no erário. Sem petróleo, as termelétricas param e vêm os apagões.

O país está há mais de uma década sob “estabilização” de força da ONU, depois da derrubada do presidente Aristide, e foi alvo do conhecido espírito beneficente da Fundação Clinton – ou seja, por esse ralo também escorreu muito dinheiro público.

Padece ainda no terremoto de 2010, que deixou 300 mil mortos e 1,5 milhão de deslocados, ao que se seguiu epidemia de cólera.

Leia mais: www.horadopovo.org.br

Vice Pence se choca com Merkel ao exigir que Europa rejeite o gasoduto russo Nord Stream 2

O vice-presidente dos EUA, Mike Pence, entrou em choque com a primeira-ministra alemã Angela Merkel e a chanceler da União Europeia, Federica Mogherini, ao exigir nada menos que vassalagem total aos desígnios dos EUA, particularmente em relação ao Irã e ao gasoduto Nord Stream 2. O embate ocorreu na 55ª Conferência de Segurança de Munique, em andamento até domingo.

Em discurso neste sábado (16), Pence demandou que as nações europeias “parem de minar as sanções dos EUA” contra o Irã, decretadas por Trump após se retirar unilateralmente do acordo nuclear com Teerã assinado por seu antecessor, Obama, os demais integrantes permanentes do Conselho de Segurança da ONU e Alemanha, e cujo cumprimento, por Teerã, segue sendo atestado pela Agência Internacional de Energia Nuclear.

Na Conferência sobre o “Oriente Médio”, em Varsóvia, Pence havia rechaçado na quinta-feira o recém adotado mecanismo europeu para proteção das empresas europeias que comerciam com o Irã, o “Veículo de Propósito Específico”. “Nós chamamos isso de esforço para romper as sanções americanas contra o regime revolucionário assassino do Irã”.

A Conferência de Segurança de Munique surgiu no auge da Guerra Fria, buscando criar um fórum que ajudasse

a evitar o agravamento dos conflitos. 35 chefes de Estado e 80 ministros da Defesa e do Exterior participam este ano.

Na sexta-feira, a chanceler europeia Mogherini se reuniu com o ministro do Exterior iraniano, Mohammad Javad Zarif, e reiterou que o acordo nuclear com o Irã (JCPOA, na sigla em inglês), “continua cumprindo seus objetivos, é crucial para a segurança regional e global”.

Em seu ataque ao Nord Stream 2, Pence afirmou que os EUA “saúdam” as nações “que tomaram posição” contra o gasoduto e instam “as outras a fazerem o mesmo”. Trump não tem escondido sua intenção de forçar os europeus a comprarem o muito mais caro gás norte-americano. O Nord Stream 2, que ficará pronto até o final do ano, fornecerá 55 bilhões de metros cúbicos de gás por ano, direto da Rússia até a Alemanha, pelo Báltico.

Profilaticamente, Merkel havia falado antes de Pence, mas, é claro, o alvo era o vice de Trump. A agência de notícias estatal Deutsche Welle considerou o discurso dela uma “defesa ferrenha do multilateralismo” e do Nord Stream 2.

“Se, durante a Guerra Fria, nós importamos grandes quantidades de gás russo, não sei por que agora os tempos são tão ruins

que não podemos dizer que a Rússia continua um parceiro”, argumentou Merkel.

“Nós queremos tornar a Rússia dependente apenas da China?”, questionou a líder alemã. “São esses nossos interesses europeus? Não creio”.

Diante dos rumores de que Trump irá decretar sobretaxa de 25% sobre os carros alemães, a primeira-ministra disse que os alemães “têm orgulho” de seus carros. Ela também lembrou que muitos carros alemães são montados nos EUA e exportados para a China. “Mas se isso é visto como uma ameaça para a segurança americana, é um choque para a gente”, ressaltou, sob aplausos.

“A exclusão política deliberada da Rússia está errada, acho que isso está estrategicamente errado para nós”, sublinhou Merkel, embora Berlim siga acatando todas as sanções anti-Rússia de Washington desde o golpe de Estado da CIA na Ucrânia.

Por sua vez, o chanceler russo Sergei Lavrov disse que a Rússia “está interessada em uma União Europeia forte, independente e aberta”, mas acrescentou que “o quanto a UE pode cumprir isso é outra questão”. Ele também assinalou que as tentativas de forçar a Rússia a tomar decisões sob diktats estão “condenadas ao fracasso”.

Leia matéria completa no link abaixo:

<https://horadopovo.org.br/vice-pence-se-choca-com-merkel-ao-exigir-que-ue-rejeite-o-gasoduto-russo/>

“Declarar emergência nacional sem causa legítima criará uma crise constitucional. Não vamos tolerar esse abuso e vamos combatê-lo”, declarou a procuradora-geral de Nova York, Letitia James

O presidente dos EUA, Donald Trump, declarou nesta sexta-feira (15) “emergência nacional” para financiar o muro da xenofobia na fronteira com o México, passando ao largo da permissão do Congresso, após na véspera os senadores e deputados terem aprovado orçamento que só dava um quarto da verba que ele exigira, mas evitava novo “fechamento” do governo federal.

De acordo com a mídia dos EUA, a medida, que permitirá acesso a verbas do Pentágono, liberará US\$ 8 bilhões de que precisa para, a tempo da eleição do ano que vem, exibir seu muro da xenofobia. Que é a grande promessa de sua campanha e a única “grande obra” até aqui planejada.

A declaração de emergência nacional por Trump já havia sido anunciada na véspera pelo líder republicano no Senado, Mitch McConnell e pela Casa Branca. O ato provoca um conflito entre os poderes nos EUA, e será questionado nos tribunais pela oposição e pelas entidades de defesa das liberdades democráticas. O que foi admitido por Trump no discurso, em que disse acreditar que irá vencer na Suprema Corte.

PANTOMIMA

Além do discurso de Trump sobre as “tremendas quantidades de drogas” que entram pela fronteira do México, o show de xenofobia explícita teve como coadjuvantes familiares de pessoas cujos assassinos foram imigrantes, artifício sempre usado para justificar o racismo – e como se a maioria dos homicídios nos EUA não fossem, ao contrário, cometidos por norte-americanos. A assinatura ocorreu nos Jardins da Casa Branca e logo foi postada no Twitter pela secretária de imprensa Sarah Sanders.

A procuradora-geral de Nova York, Letitia James, antes mesmo do encerramento do ato na Casa Branca, anunciou que vai recorrer à Justiça. “Declarar emergência nacional sem uma causa legítima criará uma crise constitucional”, afirmou. “Não vamos tolerar esse abuso de poder e vamos combatê-lo com todas as medidas legais à nossa disposição”.

“É mais uma demonstração do desprezo do presidente Trump pelo estado de direito”, reagiu a presidente da Câmara, a democrata Nancy Pelosi. “Isso não é uma emergência, e o temor do presidente não a torna uma”.

O líder da oposição no Senado, Chuck Schumer, considerou a declaração nesse caso de uma emergência nacional “um ato ilegal, um abuso grosseiro do poder da Presidência”. E ainda “uma tentativa desesperada” de desviar a atenção do fato de que prometera que “o México pagaria” pelo muro.

O líder da maioria republicana, McConnell, que dissera anteriormente ao Washington Post ser contra a declaração de

emergência nacional para o muro, fez meia volta e anunciou apoio a Trump. Mas, segundo o New York Times, teria dito ao presidente que este teria “duas semanas” para convencer republicanos céticos.

O Congresso pode votar contra a declaração de emergência, mas Trump poderia vetar a decisão – claro, pagando o devido custo político.

Os 35 dias de fechamento do governo Trump – com seu séquito de servidores sem salário, programas sociais suspensos ou abalroados e aeroportos no caos – fizeram sua aprovação nas pesquisas despencar mais um pouco, mas parece que o presidente bilionário resolveu dobrar a aposta, via emergência nacional.

Analistas rechaçam as alegações de Trump de que “outros presidentes” já fizeram antes o uso da “declaração de emergência nacional” – não para contradizer o que o Congresso já decidira.

JARGÃO RACISTA

Em seu discurso nos Jardins da Casa Branca, Trump apelou para os jargões racistas costumeiros: “invasão de nosso país com drogas”, “com traficantes de seres humanos”, “com todos os tipos de criminosos e gangues”, este o retrato que traçou dos “imigrantes”. Ele também alegou uma “crise de segurança nacional em nossa fronteira sul” – uma piada, no país mais armado do planeta e conhecido, ele sim, por invadir os outros países.

Não existe qualquer emergência nacional na fronteira decorrente de suposta “invasão de imigrantes”, o que há é a exacerbção da perseguição aos ilegais – a “tolerância zero” -, que inclusive chegou a gerar o escândalo da separação das famílias e até morte de crianças.

HOMELAND

De acordo com a própria Homeland, 400 mil pessoas foram detidas na fronteira sul em 2018, sendo que muitos deles estavam pedindo asilo. Em relação a 2017, houve um pequeno aumento, mas em relação a 2016, até diminuiu. Em relação a 2000, o fluxo pelo sul caiu pela metade. Além disso, os imigrantes ilegais que entram nos EUA pelos aeroportos e portos com visto de turista e depois ficam, é o dobro dos que ingressam pela fronteira sul.

Assim, a violenta estigmatização dos refugiados que chegam pela fronteira do México não passa de racismo escancarado. No início da semana, Trump fez seu primeiro comício do ano, na fronteira, e deu o mote para segurar seu eleitorado: sem o muro para impedir os imigrantes ilegais, que seriam “criminosos”, “traficantes” e “estupradores”, os trabalhadores norte-americanos perderiam seus empregos e enfrentariam escolas e hospitais superlotados. Para os “trabalhadores”, o muro; para os ricos, aquele corte de US\$ 1,5 trilhão em dez anos. É a “arte do acordo” em estado puro.

ANTONIO PIMENTA

Os arrombadores da Previdência (1)

O povo não quer morrer de fome, não quer ser destituído de seus direitos, não quer trabalhar em condições desgraçadas até o dia da morte, sem aposentadoria – ou com uma aposentadoria famélica, miserável

CARLOS LOPES

Há poucos dias, alguém, no governo, disse que havia três projetos de ataque à Previdência pública – e que eles seriam apresentados a Bolsonaro, logo assim que saísse do hospital.

Voltaremos, mais à frente, ao “projeto” de Guedes e Bolsonaro. Pela confusão do que até agora foi divulgado, parece que ele escolheu os três – todos péssimos, com o objetivo de tirar direitos dos trabalhadores, reduzir aposentadorias e adiar, para o dia do Juízo Final, a idade em que o brasileiro poderia se aposentar.

O que foi já divulgado é pior que a fracassada reforma de Temer, aquela que foi repudiada em cada praça, esquina, casa, fábrica, bar ou café deste país.

Obviamente, o fato do povo ser contra significa pouco ou nada para Guedes e seu protetor, Bolsonaro.

Não foi pela pregação – muito menos pela prática – da democracia que esses elementos ficaram conhecidos.

Porém, numa democracia, não se pode impor ao povo aquilo que ele não quer, aquilo que ele é contra, aquilo que é contra os seus interesses, sob pena de sérias consequências, inclusive eleitorais: dos 23 deputados que aprovaram a “reforma da Previdência” de Temer na Comissão Especial da Câmara, 18 não se reelegeram, a começar pelos notórios Darcísio Perondi (MDB-RS), José Carlos Aleluia (DEM-BA), Cristiane Brasil (PTB-RJ), Pauderney Avelino (DEM-AM) e Júlio Lopes (PP-RJ), que eram deputados quase desde que Noé saiu da Arca.

O povo leva essas coisas em conta, ao contrário do que pensam – ou não pensam – alguns.

Aliás, mesmo em uma ditadura, impor ao povo o que ele não quer, tem consequências fatais – e quem viveu o último período da ditadura de 1964, aquele que vai de 1979 a 1985, sabe disso.

Mas o que é que o povo não quer?

O povo não quer morrer de fome, não quer ser destituído de seus direitos, não quer trabalhar em condições desgraçadas até o dia da morte, sem aposentadoria – ou com uma aposentadoria famélica, miserável.

Então, a questão é: existe alguma necessidade de uma “reforma” que, constatarem os auditores da própria Receita Federal sobre o que se conhece daquela de Bolsonaro, “ao alterar a base de cálculo dos benefícios, reduz significativamente o valor das aposentadorias”, e, se aprovada, exigiria “40 anos de contribuição para todos os trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, caso queiram se aposentar com o benefício integral”? (v. **Frente Parlamentar e Anfpip: “A Previdência é Nossa!”**).

SANGRIA

Começamos pelas desonerações da Previdência e Seguridade Social para 2019:

VER TABELA 1

As empresas, portanto, por conta das desonerações, deixaram de pagar à Previdência, em 2019, **156 bilhões, 780 milhões, 646 mil e 808 reais**.

Vejamos quanto a Previdência perdeu, nos últimos nove anos, com as desonerações (para 2019, usamos a estimativa da Receita Federal



sobre o Orçamento do ano):

2011: R\$ 66,178 bilhões;
2012: R\$ 77,006 bilhões;
2013: R\$ 119,452 bilhões;
2014: R\$ 139,566 bilhões;
2015: R\$ 148,948 bilhões;
2016: R\$ 137,884 bilhões;
2017: R\$ 141,177 bilhões;
2018: R\$ 150,415 bilhões;
2019: R\$ 156,781 bilhões;
TOTAL: R\$ 1 trilhão, 137 bilhões e 407 milhões (fonte: SRF e ANFIP).

E o farsante que Bolsonaro colocou na Fazenda diz que seu plano de matar idosos é para “economizar” um trilhão em 10 anos!

Bastaria acabar com esse calote antissocial à Previdência para obter um resultado melhor do que isso.

Mas, evidentemente, são duas coisas diferentes – e opostas: Guedes não pretende tirar um trilhão da Previdência para melhorar a Previdência. Não pretende devolver esse trilhão, mas passá-lo ao setor financeiro, esse cartel de quadrilhas – internas, e, sobretudo, estrangeiras.

Guedes, inclusive, quer aumentar as desonerações e isenções fiscais: em Davos, no último dia 23 de janeiro, prometeu rebaixar **em 55%** – “de 34% para 15%” – os tributos pagos pelas empresas e compensar a queda na arrecadação com o aumento de impostos sobre “outros” setores (“baixa um e sobe o outro para ficar todo mundo mais ou menos igual”, disse o sofisticado Guedes).

Ele não estava falando para quaisquer empresas: estava falando para monopólios financeiros, pois é isso o que existe no encontro de Davos.

Não é para a quitanda do seu Joaquim – ou para a fábrica de autopeças do seu Paulo – que ele quer diminuir impostos.

O leitor, portanto, pode adicionar quais são os “outros” setores que compensariam para os monopólios financeiros multinacionais (uma carga menor, disse ele, que a dos EUA, mesmo depois de Reagan, Bush e Trump).

Para isso, ele quer desviar dinheiro da Previdência – mais ainda do que hoje é desviado – impedindo trabalhadores de se aposentar e reduzindo o valor dos proventos **reais** daqueles que vierem a se aposentar ou já estiverem aposentados.

Mas não são apenas as desonerações que atingem a Previdência.

ISENÇÕES

Antes de passarmos para a dívida que as empresas – sobretudo **algumas** empresas – têm com a Previdência, apenas um exemplo do que significam as desonerações (os dados são apenas para 2019, e a fonte é o Demonstrativo de Gastos Tributários da Receita Federal):

VER TABELA 2

Por conta das desonerações, o agronegócio, apesar de seus ganhos extraordinários com o cultivo e exportação de

TABELA 1

DESONERAÇÕES DA PREVIDÊNCIA	
Contribuição previdenciária	64.122.760.808
Contribuição Social para o PIS-PASEP	13.440.890.588
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	11.264.926.117
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	67.952.069.295
TOTAL	156.780.646.808
FONTE: Receita Federal, DGT 2019	

TABELA 2

ISENÇÕES DO AGRONEGÓCIO SOBRE A PREVIDÊNCIA	
PIS-PASEP	3.519.240.836
COFINS	16.224.325.587
CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA	10.489.767.023
TOTAL	30.233.333.446

TABELA 3

EMPRESA	DÍVIDA COM A PREVIDÊNCIA
JBS S/A	2.404.592.388,69
BRADESCO S.A.	574.999.434,56
BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO (Bradesco)	60.092.014,16
BANCO SANTANDER BRASIL S/A	218.408.466,19
SANTANDER S.A.	80.936.986,30
ITAU UNIBANCO S.A.	111.966.197,05
BANK OF AMERICA MERRILL LYNCH	89.119.041,00
DEUTSCHE BANK	69.713.298,40
VOLKSWAGEN DO BRASIL	376.711.752,24
PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL	51.974.268,77
VALE S.A.	308.827.815,00
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	1.164.226.524,51
TINTO HOLDING LTDA (Bertin)	386.024.312,33
TELECOMUNICACOES DE SAO PAULO SA	346.224.253,78
MENDES JUNIOR ENGENHARIA S.A	238.598.611,36
SWIFT ARMOUR	208.098.904,01
LOJAS AMERICANAS S.A.	187.919.893,51
MINERVA S.A.	177.647.750,15
FORD BRASIL	167.368.523,16
FORD MOTOR COMPANY BRASIL	51.601.614,49
PIRELLI	139.775.888,46
CIA. BRAS. DE DISTRIBUICAO (Pão de Açúcar/Casino)	138.235.605,67
AVIBRAS	135.236.999,76
LIGHT	131.862.561,06
ARCELORMITTAL TUBARAO	117.046.996,60
MERCEDES-BENZ DO BRASIL	112.357.729,14
BUNGE ALIMENTOS S/A	99.605.528,75
UNILEVER BRASIL	73.324.957,78
XEROX	51.125.375,02
EUCATEX	48.406.244,62

soja, deixará de pagar **R\$ 30 bilhões, 233 milhões, 333 mil e 446 reais**, em 2019, à Previdência, apesar de sua contribuição à arrecadação já ser mínima.

Esse é apenas um exemplo da sangria a que a Previdência é submetida – depois, pretendemos publicar uma matéria mais circunstanciada sobre o assunto.

Mas o problema, no entanto, para alguns anormais – não encontramos melhor palavra – é o trabalhador que, supostamente, se aposenta cedo demais, depois de décadas de trabalho, e ainda quer ganhar, pelo menos, um salário mínimo depois de aposentado.

DEVEDORES

Não deixa de ser espantoso – apesar de tudo o que vimos, em matéria de pouca vergonha, nos últimos anos – que empresas beneficiadas escandalosamente pelas desonerações, nem por isso paguem à Previdência.

Os corifeus da “reforma” costumam dizer que a dívida das empresas e outras pessoas jurídicas com a Previdência não tem importância, porque seria “irrecebível” – seriam dívidas de empresas falidas, e sempre é citada a Varig como exemplo.

Mas não é verdade.

Por exemplo, a Embaixada dos Estados Unidos está entre os mil maiores devedores da Previdência (deve **R\$ 65 milhões, 175 mil, 235 reais e 48 centavos**, valor corrigido pelos preços de janeiro de 2019).

No entanto, apesar dos esforços de Trump, a Embaixada dos EUA não parece uma empresa falida.

Se não pagou, é porque não quis pagar.

A JBS deve à Previdência **R\$ 2 bilhões, 404 milhões, 592 mil, 388 reais e 69 centavos** – e, apesar de todas as vicissitudes, não é uma empresa falida.

Muito menos era uma empresa falida quando contraiu essa dívida, na época em que recebeu, em troca de propina, **R\$ 5,64 bilhões** do BNDES, **inteiramente de graça**, sob a forma de compra de ações (v. **JBS: Temer, Lula, Meirelles, propinas e dinheiro do BNDES**).

Se a JBS não pagou à Previdência, foi porque não quis pagar – e a polícia não foi chamada a cobrar, pois isso é caso de polícia.

O Bradesco, que deve **R\$ 574 milhões, 999 mil, 434 reais e 56 centavos** à Previdência, também não é uma

empresa falida.

Aliás, mesmo a dívida das empresas falidas não é irrecuperável – é para isso que existe a “massa falida”: para ressarcir os credores.

É verdade que a nova lei de falências, proposta e aprovada no governo Lula, concede prioridade, na massa falida das empresas, ao “credor financeiro” – isto é, aos bancos -, inclusive acima das dívidas trabalhistas.

Mas não é à toa que a massa falida da Varig, por exemplo, não saiu da “dívida ativa” da Previdência – pela simples razão de que essa massa falida existe.

Portanto, a lenda do “irrecebível” somente esconde a falta de vergonha: quando o calote parte dos ricos, é perdoável. Quando são os pobres, somente falta apelar ao barão e ao cutelo para punir o cidadão por não ter dinheiro para pagar a sua dívida.

Assim, segundo essa gente, somente os pobres é que devem pagar à Previdência – e, de resto, somente eles é que devem pagar todos os tributos.

Nesse caso, o da “reforma”, se ela passasse, somente os pobres deveriam pagar, **para receber nada em troca**.

Pois toda a lógica (quer

dizer, toda a falta de lógica, de racionalidade, de humanidade) da “reforma” de Guedes e Bolsonaro, está em que o trabalhador deve morrer antes de se aposentar.

É verdade que a questão é tão nevrálgica, tão sensível – em suma, o repúdio é tão grande – que os seus promotores gastam um tempo imenso discutindo “regras de transição” que expressam apenas o medo de que o caldo entorne.

E, se continuarem nesse caminho, não há dúvida: vai entornar.

Mas, voltamos aos grandes devedores da Previdência.

Vejamos esta lista, de 30 deles:

VER TABELA 3

É possível dizer que alguma dessas empresas, beneficiadas por tudo o que é espécie de desoneração ou renúncia fiscal, não tenha dinheiro para pagar a Previdência?

Pois somente essas 30 empresas, incluindo JBS, Bradesco, Vale, etc., devem à Previdência, em valores corrigidos até janeiro deste ano, **R\$ 8 bilhões, 819 milhões, 240 mil, 433 reais e 72 centavos** (a tabela acima está em reais de maio de 2017, mas a diferença é pouca).

Continua na próxima edição